

**PROGRAMA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO BAIXO ALENTEJO**  
**- PROPOSTA-BASE PARA CONTRATUALIZAÇÃO DO POR ALENTEJO (2008-2013) -**

5 de Maio de 2008

## ÍNDICE GERAL

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>2</b>
<b>PARTE I – ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. CONTEXTO DE INTERVENÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>3. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>9</b>
<b>4. LINHAS ESTRATÉGICAS DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>PARTE II – PROPOSTA-BASE DE CONTRATUALIZAÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>5. ÂMBITO DA PROPOSTA-BASE DE CONTRATUALIZAÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>6. IDENTIFICAÇÃO NOMINAL DA CARTEIRA DE OPERAÇÕES .....</b>	<b>21</b>
<b>7. ASSISTÊNCIA TÉCNICA .....</b>	<b>26</b>
<b>ANEXO – FICHAS INDIVIDUAIS DE OPERAÇÃO/ PROJECTO .....</b>	<b>29</b>

## I. INTRODUÇÃO

---

O Baixo Alentejo corresponde a um território sub-regional onde persiste um conjunto de problemas e carências estruturais que tem influenciado negativamente o esforço de convergência em relação aos referenciais médios de desenvolvimento registados a nível nacional e comunitário. A integração do Baixo Alentejo no conjunto das regiões integradas no Objectivo Convergência da Política Comunitária de Coesão e o facto de constituir (ainda) a sub-região menos desenvolvida no contexto regional do Alentejo reforçam, assim, a necessidade de aprofundamento desse esforço, materializável na intensificação de políticas de discriminação positiva.

Contudo, o Baixo Alentejo carece também de uma nova estratégia de desenvolvimento que, devidamente articulada e apoiada pelas referidas políticas de discriminação positiva, reconheça nas capacidades e potencialidades endógenas a sua principal base de sustentação. Tal não pode significar, contudo, uma menor abertura em relação ao conhecimento e integração na sua envolvente, seja pelas ameaças que esta comporta, seja, sobretudo, pelas oportunidades que importa saber capitalizar. A decisão de elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento do Baixo Alentejo (PIDBA), promovido pela Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (AMBAAL) mas desde o início concebido como plataforma de integração dos recursos e iniciativas dos diferentes agentes do tecido institucional da região é, assim, a expressão clara da abordagem *bottom-up* com que o Baixo Alentejo está actualmente a protagonizar. Este é um trabalho que está actualmente em curso e que a AMBAAL pretende concluir durante o segundo semestre de 2008, com o apoio directo e o envolvimento activo de um Conselho de Acompanhamento formado pelas seguintes entidades:

- ⌘ ACDB – Associação Comercial do Distrito de Beja;
- ⌘ ACOS – Associação de Criadores de Ovinos do Sul;
- ⌘ CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;
- ⌘ CEBAL – Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Baixo Alentejo e Litoral;
- ⌘ EDAB – Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja;
- ⌘ EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva;

- ☒ IPB – Instituto Politécnico de Beja;
- ☒ NERBE/AEBAL – Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral;
- ☒ RTPD – Região de Turismo da Planície Dourada;
- ☒ USDB – União de Sindicatos do Distrito de Beja.

O presente Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo (**PTD\_BA**), pensado para o período 2008-2013, corresponde neste contexto a um instrumento plenamente integrado no processo de planeamento que a AMBAAL e os Municípios associados se encontram a trilhar. Trata-se, em concreto, de um instrumento produzido com a finalidade específica de apoiar o processo de contratualização da gestão técnica, administrativa e financeira do Programa Operacional Regional do Alentejo (POR Alentejo) nesta sub-região NUTS III, tal como definido no Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17 de Setembro e nas subsequentes deliberações e orientações emanadas do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional (MAOTDR), da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SEDR) e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA).

O **PTD\_BA** representa, por outro lado, a assunção de novas responsabilidades por parte da AMBAAL (enquanto organismo intermédio de base territorial) que correspondem a uma ambição já antiga mas que, por força de circunstâncias e determinações exógenas, nunca foi possível concretizar, situação extensível à maior parte das restantes Associações de Municípios do País. Pela primeira vez, estão assim criadas condições objectivas para fomentar:

- ☒ uma maior integração nas intervenções de desenvolvimento promovidas pelos Municípios, fruto da cooperação intermunicipal que subjaz ao **PTD\_BA**;
- ☒ uma maior estabilidade do quadro financeiro de suporte ao investimento municipal, favorecendo a sua programação numa óptica plurianual;
- ☒ uma maior consolidação da malha institucional de âmbito sub-regional, designadamente através da mobilização de recursos para o incremento da capacidade técnica da AMBAAL.

Na apreciação do **PTD\_BA** deverá necessariamente ser tido em conta o contexto de elevada incerteza que caracterizou praticamente todo o período durante o qual este instrumento foi elaborado, nomeadamente no que respeita à divulgação atempada de orientações e determinações claras e definitivas por parte do MAOTDR, da SEDR e da CCDRA. Muito

embora o **PTD\_BA** aqui apresentado seja o resultado de um processo político e técnico conduzido com bastante exigência e rigor, importará referir que se trata de um documento produzido com o intuito de apoiar de modo objectivo a fase de negociação que a CCDRA irá promover após a sua apreciação preliminar e para o qual a AMBAAL manifesta desde já toda a sua disponibilidade e interesse.

Do ponto de vista da estrutura, o presente documento está organizado em duas partes principais: a Parte I pretende proceder à explicitação da Estratégia de Desenvolvimento preconizada para a sub-região do Baixo Alentejo, ao passo que a Parte II corresponde, em concreto, à Proposta-Base de Contratualização do POR Alentejo que a AMBAAL pretende discutir com a Autoridade de Gestão deste Programa (CCDRA). Em Anexo procede-se ainda à apresentação das Fichas Individuais das operações e projectos que consubstanciam a Proposta-Base de Contratualização.

## PARTE I – ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

---

A Parte I do **PTD\_BA** tem como objectivo central proceder à explicitação da estratégia de desenvolvimento preconizada para a sub-região do Baixo Alentejo. Para o efeito, a estrutura aqui adoptada contempla os seguintes três Capítulos:

- ▣ Contexto de Intervenção (Capítulo 2);
- ▣ Objectivos Estratégicos de Desenvolvimento (Capítulo 3);
- ▣ Linhas Estratégicas de Intervenção (Capítulo 4).

Como foi já referido, o **PTD\_BA** corresponde a um instrumento instituído e produzido num contexto muito específico – a contratualização dos Programas Operacionais Regionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) com as Associações de Municípios -, o qual deve estar articulado com as especificidades de cada realidade (sub-)regional.

No caso vertente, importa assim frisar que este processo está apoiado num processo mais vasto que levou à elaboração do documento ‘Um Novo Modelo de Desenvolvimento para o Baixo Alentejo e Alentejo Litoral – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013’ (editado em 2006), o qual se encontra actualmente ser aprofundado e operacionalizado para a sub-região do Baixo Alentejo através da elaboração do PIDBA. Todo este processo está a ser conduzido e dinamizado pela AMBAAL, contando com a participação de um leque alargado e diversificado de outros actores da região.

## 2. CONTEXTO DE INTERVENÇÃO

---

O reconhecimento da *situação de partida* que enquadra o **PTD\_BA** constitui uma etapa fundamental para a correcta fixação dos seus objectivos e para o desenho de uma abordagem operativa ajustada aos problemas estruturais a que importa dar resposta e aos desafios centrais que se perfilam a médio-longo prazo. Esta opção revela-se tanto mais pertinente quando se sabe que o Baixo Alentejo se define por uma acentuada fragilidade e vulnerabilidade

do seu tecido sócio-demográfico e económico, aspecto que se traduz na existência de condições particularmente adversas ao seu desenvolvimento.

Um dos processos mais marcantes na evolução estrutural desta sub-região diz respeito à dinâmica de crescimento do seu efectivo populacional, a qual tem registado uma trajectória recessiva desde há várias décadas. Tal dinâmica, sinónimo da incapacidade de fixação de população neste território, encontra-se ainda agravada pela intensificação de fenómenos de envelhecimento demográfico que, pela sua expressão actual, colocaram já em causa a capacidade *endógena* de substituição inter-geracional. Neste contexto, conclui-se rapidamente que qualquer processo de recuperação populacional implica necessariamente uma combinação virtuosa que reúna um saldo migratório positivo, desejavelmente conducente a algum rejuvenescimento demográfico (i.e. capacidade de atracção de jovens), e um aumento da taxa de natalidade no seio da população residente (i.e. criação de um quadro de vida capaz de estimular a fixação residencial de famílias que tenham ou pretendam ter filhos).

Em termos económicos, a área de intervenção insere-se na oitava região mais pobre da União Europeia a 15 Estados-Membros (i.e. Alentejo), a qual apresenta um produto interno bruto (PIB) *per capita* medido em paridades de poder de compra de 57% da média comunitária; este valor passa para 63% se considerados os 25 Estados-Membros que compõem actualmente a União. Estes números devem também ser devidamente aferidos nos contextos nacional e regional em que o Baixo Alentejo se inscreve, uma vez que não ultrapassa 81% do PIB *per capita* do País e representa a sub-região do Alentejo que apresenta a posição mais desfavorável a este nível.

Na interpretação destes valores importa assumir a fragilidade da base económica da área de intervenção como condicionante estrutural ao seu desenvolvimento, o que resulta do efeito conjugado entre:

- ☒ uma fraca expressão da base industrial, acompanhada pelo peso assumido por um sector agrícola pouco modernizado e por uma economia terciária apoiada em lógicas de reprodução social;
- ☒ uma *pool* de recursos humanos cada vez mais envelhecida e com défices significativos ao nível das suas habilitações e qualificações;

- ▣ um peso excessivo da Administração Pública na estrutura de emprego, devido sobretudo a um fraco desenvolvimento do sector privado e da respectiva capacidade de geração de emprego;
- ▣ uma elevada taxa de desemprego relativamente à média nacional, especialmente incidente sobre as mulheres e com significado crescente nos mais jovens (também com maiores habilitações literárias).

Este contexto estrutural deve, contudo, ser enriquecido pelas perspectivas de investimento que se têm vindo a materializar recentemente e pelas expectativas de crescimento que se colocam a alguns sectores específicos no curto-médio prazo. Estão nesta situação sectores que tradicionalmente têm contribuído para o perfil de especialização da base económica do Baixo Alentejo, como é o caso da agricultura (em fase de transição tecnológica e de estrutura empresarial por via da expansão do regadio) e da indústria mineira (por força da retoma e/ou reforço da exploração dos recursos minerais existentes). Porém, é também identificável um conjunto de sectores aos quais se atribui potencial para estruturar novas fileiras e pólos de especialização na região, como acontece com o turismo (que contará a breve prazo com a disponibilização efectiva do Aeroporto de Beja para fins civis) e com as energias renováveis (com especial destaque para a energia fotovoltaica).

Do ponto de vista da ocupação e organização do território, a evolução registada nas últimas décadas aponta muito claramente no sentido de uma profunda reestruturação do modelo territorial da área de intervenção. Com efeito, e muito embora subsista uma imagem de ruralidade nesta sub-região para quem *a olha de fora*, a verdade é que se está em presença de fenómenos de crescente polarização de pessoas e de actividades nos seus principais centros urbanos. Se este dado pode ser tido como positivo, porque evidencia capacidade de fixação (e mesmo de atracção) de recursos num território globalmente em perda, não deve ser escamoteada a realidade constituída pelo espaço rural, um dos pilares do sistema tradicional de povoamento da sub-região, que tem atravessado um processo de profunda desvitalização económica e sócio-demográfica.

O contexto acima descrito de forma sumária configura, efectivamente, uma *situação de partida* bastante preocupante e de difícil inversão a curto-médio prazo. Se é certo que o futuro do Baixo Alentejo implica uma combinação inteligente de recursos, de oportunidades e de

dinâmicas (existentes, emergentes ou estimuladas), não é menos verdade que este território apresenta ainda carências de base que urge ultrapassar num prazo tão curto quanto possível.

Num quadro marcado pela escassez de agentes não autárquicos com influência real no desenvolvimento da sub-região, será incontornável o papel que os Municípios continuarão a desempenhar nesse processo. Este papel deve, por isso, ser equacionado no âmbito de uma missão específica que consagre intervenções em três frentes distintas:

- ❧ a melhoria das condições e da qualidade de vida da população residente, envolvendo intervenções capazes não apenas de dar respostas às necessidades dos actuais residentes mas, também, dos novos (ou antigos) residentes que serão necessários para inverter a trajectória de regressão e desvitalização do tecido sócio-demográfico do Baixo Alentejo;
- ❧ a criação/ reforço das condições de suporte ao desenvolvimento da actividade económica, envolvendo intervenções capazes de atrair investimentos exteriores à sub-região e de gerar um ambiente favorável ao lançamento de novas iniciativas empresariais de base endógena, mitigando assim o problema da escassez de emprego como factor de repulsão demográfica;
- ❧ a procura de uma maior racionalidade nas decisões de investimento autárquico, envolvendo intervenções baseadas no aproveitamento de economias de escala e em estratégias de âmbito supramunicipal (por oposição à atomização e redundância excessivas que estão frequentemente associadas a lógicas de actuação de base estritamente municipal).

A fragilidade que ainda caracteriza o estágio actual de desenvolvimento do Baixo Alentejo não dispensa, porém, uma capacidade de mobilização e concertação inter-institucional superior em termos quantitativos e qualitativos àquela que existe actualmente. Esta necessidade coloca-se não apenas na articulação entre entidades públicas (com destaque natural para as Autarquias Locais e para a AMBAAL, bem como para a Administração Central) mas, também (e sobretudo), entre estas e os actores privados e associativos, fazendo assim apelo ao desenvolvimento de um novo estágio de *governância* territorial. Tal processo está presentemente a ser dinamizado com especial intensidade no âmbito dos trabalhos de elaboração do PIDBA, o qual está a reunir contributos de actores tão diversificados como a EDIA, A EDAB, o IPB, o NERBE/AEBAL, a RTPD ou o CEBAL, de entre outros.

### 3. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO

---

O contexto descrito no Capítulo precedente molda o quadro estrutural de desenvolvimento com que a sub-região do Baixo Alentejo se confronta na actualidade, evidenciando as principais fragilidades e oportunidades que deverão ser tidas em conta na formulação da estratégia de desenvolvimento para o período 2008-2013.

A reflexão já dinamizada pela AMBAAL neste domínio no âmbito do processo conducente à elaboração do documento 'Um Novo Modelo de Desenvolvimento para o Baixo Alentejo e Alentejo Litoral', que contou com a participação de um leque alargado e diversificado de outros actores da região, encontra-se neste momento a ser aprofundada através da elaboração do PIDBA. Tal dinâmica significa que existe já um considerável capital acumulado em termos de reflexão estratégica, mas também que este é um processo que está em curso; porém, a AMBAAL e os Municípios consideram estar já reunido o conjunto de condições necessárias para avançar para o presente **PTD\_BA**, adoptando para o efeito uma matriz estratégica de cariz global mas que, face às características específicas do procedimento de contratualização, se apoia num perfil de investimento essencialmente autárquico.

Deste modo, e retomando as conclusões do documento 'Um Novo Modelo de Desenvolvimento para o Baixo Alentejo e Alentejo Litoral', o **PTD\_BA** assume como desígnio estratégico:

**Inverter o declínio social e económico da região, travar o recuo demográfico, a fragilidade económica, a debilidade empresarial e a dependência excessiva face ao investimento e emprego públicos, de forma a preparar a região para se tornar um território competitivo, atraente para a fixação de pessoas e de investimento num contexto diverso, rico e único do ponto de vista dos recursos, do ambiente e da cultura, no seio das regiões mediterrânicas do Sul da Europa.**

A formulação dos Objectivos Estratégicos de Desenvolvimento para o Baixo Alentejo corresponde assim à especificação das prioridades de actuação que deverão ser adoptadas no sentido de materializar este desígnio num horizonte temporal aceitável, tendo naturalmente em conta o estágio actual de desenvolvimento da região. Neste contexto, propõem-se como Objectivos Estratégicos de Desenvolvimento os seguintes:

⚡ Estruturar Condições Atractivas para a Atracção e Fixação de Investimentos Produtivos;

☒ Assegurar a Coesão Social e a Melhoria da Qualidade de Vida das Populações;

☒ Promover a Qualificação e a Valorização do Sistema Ambiental e Territorial.

O primeiro Objectivo (Estruturar Condições Atractivas para a Atracção e Fixação de Investimentos Produtivos) está muito directamente ligado à necessidade de robustecimento de base económica regional, seja através da captação de investimento exógeno à região (nacional e estrangeiro), seja através do apoio ao surgimento e desenvolvimento de iniciativas empresariais de base endógena. Pretende-se através deste Objectivo estruturar toda a envolvente ao tecido empresarial, criando assim condições de referência em domínios como os recursos territoriais passíveis de exploração económica, o acolhimento e a atractividade empresarial e os serviços de apoio à actividade económica.

O segundo Objectivo (Assegurar a Coesão Social e a Melhoria da Qualidade de Vida das Populações) está focalizado nas questões de âmbito social, dirigindo-se não apenas à mitigação de processos e patologias conducentes à exclusão social mas, igualmente, à obtenção de níveis acrescidos de qualidade de vida para as populações residentes. Pretende-se através deste Objectivo assegurar que o Baixo Alentejo corresponde a um território capaz de se afirmar pela sua atractividade para a atracção e fixação de residentes, condição essencial para a inversão da trajectória demográfica recessiva dominante ao longo das últimas décadas.

Por fim, o terceiro Objectivo (Promover a Qualificação e a Valorização do Sistema Ambiental e Territorial) incide especificamente sobre a qualificação e ordenamento do sistema urbano e territorial da região, a valorização dos recursos culturais e ambiental e promoção da identidade regional e a resolução de problemas e passivos ambientais. Pretende-se através deste Objectivo que o território e os recursos culturais e ambientais do Baixo Alentejo constituam efectivamente um activo ao serviço do desenvolvimento e que os impactes das diferentes actividades humanas no ambiente possam ser efectivamente minimizados e melhor controlados.

#### **4. LINHAS ESTRATÉGICAS DE INTERVENÇÃO**

---

Este Capítulo tem como objectivo proceder à identificação das Linhas Estratégicas de Intervenção (LEI's) do **PTD\_BA**, as quais explicitam as vias operativas através das quais serão prosseguidos os Objectivos Estratégicos de Desenvolvimento para o Baixo Alentejo. O Quadro I contém a identificação das seis LEI's adoptadas e das Medidas correspondentes.

**QUADRO I – LINHAS ESTRATÉGICAS DE INTERVENÇÃO E MEDIDAS DO **PTD\_BA****

<p><b>LEI 1</b> Reforço e Qualificação dos Factores de Afirmação Competitiva da Base Económica Regional</p>	<p>1.1. Melhoria das condições e da envolvente de suporte ao desenvolvimento económico 1.2. Valorização de recursos e actividades turísticas 1.3. Animação e dinamização integrada de actividades e vocações económicas de base endógena</p>
<p><b>LEI 2</b> Promoção da Coesão Social e da Identidade Territorial</p>	<p>2.1. Reconfiguração e modernização da Rede Educativa 2.2. Reforço e qualificação da rede de equipamentos e respostas sociais 2.3. Recuperação e promoção de valores culturais e patrimoniais</p>
<p><b>LEI 3</b> Reforço da Articulação e da Conectividade Territorial</p>	<p>3.1. Melhoria das condições infra-estruturais de mobilidade local e regional 3.3. Promoção de soluções de transporte público e articulação intermodal</p>
<p><b>LEI 4</b> Valorização e Qualificação Ambiental</p>	<p>4.1. Qualificação do património natural e prevenção de riscos 4.2. Desenvolvimento dos sistemas de captação, distribuição e tratamento de água</p>
<p><b>LEI 5</b> Desenvolvimento e Qualificação do Sistema Urbano e Territorial</p>	<p>5.1. Qualificação e regeneração urbana (sedes de concelho) 5.2. Qualificação e regeneração urbana (outras localidades)</p>
<p><b>LEI 6</b> Consolidação e Dinamização de Novas Formas de Governância Territorial</p>	<p>6.1. Cooperação institucional e dinamização de intervenções integradas de gestão e promoção territorial 6.2. Desenvolvimento de competências e iniciativas de modernização da Administração Local</p>

Como se pode facilmente constatar, as LEI's apresentadas (e as correspondentes Medidas) evidenciam uma matriz operativa de actuação bastante ampla, o que reflecte o carácter integrado da estratégia de desenvolvimento preconizada. Ao limitar a carteira de intervenções do **PTD\_BA** ao investimento (total ou principalmente) municipal, pretende-se sobretudo orientar este instrumento para funcionar como um suporte eficaz ao processo de contratualização do POR Alentejo.

Do ponto de vista do montante de investimento associado às diferentes LEI's e Medidas, a base de partida que resultou do levantamento das intenções de investimento dos treze Municípios do Baixo Alentejo cifrou-se num valor aproximado de 420 milhões de euros para todo o período de 2008-2013 (Quadro 2). Este valor é aqui apresentado no sentido de dar conta das principais necessidades de intervenção sentidas pelos Municípios, não se tratando por isso de um compromisso firme de investimento; contudo, como será referido na Parte II do **PTD\_BA**, a parcela de investimento passível de ser co-financiada ao abrigo do processo de contratualização do POR Alentejo (i.e. aquela que engloba tipologias de operações contratualizáveis) foi já alvo de um esforço bastante meritório e consensual de avaliação e redimensionamento em relação às disponibilidades orçamentais deste instrumento programático, o que reflecte bem a maturidade e o sentido de responsabilidade evidenciado pelos Municípios do Baixo Alentejo na preparação do **PTD\_BA**.

**QUADRO 2 – MONTANTE E REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO DO PTD\_BA\***

Linha Estratégica de Desenvolvimento / Medida	Investimento	
	€	%
<b>LEI 1 – Reforço e Qualificação dos Factores de Afirmação Competitiva da Base Económica Regional</b>	<b>57.274.382</b>	<b>13,7</b>
1.1. Melhoria das condições e da envolvente de suporte ao desenvolvimento económico	40.390.076	9,6
1.2. Valorização de recursos e actividades turísticas	12.550.400	3,0
1.3. Animação e dinamização integrada de actividades e vocações económicas de base endógena	4.333.906	1,0
<b>LEI 2 - Promoção da Coesão Social e da Identidade Territorial</b>	<b>77.348.570</b>	<b>18,4</b>
2.1. Reconfiguração e modernização da Rede Educativa	15.496.007	3,7
2.2. Reforço e qualificação da rede de equipamentos e respostas sociais	41.713.532	9,9
2.3. Recuperação e promoção de valores culturais e patrimoniais	20.139.031	4,8
<b>LEI 3 - Reforço da Articulação e da Conectividade Territorial</b>	<b>57.991.123</b>	<b>13,8</b>
3.1. Melhoria das condições infra-estruturais de mobilidade local e regional	56.051.123	13,4
3.2. Promoção de soluções de transporte público e articulação intermodal	1.940.000	0,5
<b>LEI 4 - Valorização e Qualificação Ambiental</b>	<b>99.253.951</b>	<b>23,7</b>
4.1. Qualificação do património natural e prevenção de riscos	19.135.995	4,6
4.2. Desenvolvimento dos sistemas de captação, distribuição e tratamento de água	80.117.956	19,1
<b>LEI 5 - Desenvolvimento e Qualificação do Sistema Urbano e Territorial</b>	<b>86.438.087</b>	<b>20,6</b>
5.1. Qualificação e regeneração urbana (sedes de Concelho)	65.243.774	15,6
5.2. Qualificação e regeneração urbana (outras localidades)	21.194.314	5,1
<b>LEI 6 - Consolidação e Dinamização de Novas Formas de Governância Territorial</b>	<b>41.186.112</b>	<b>9,8</b>
6.1. Cooperação institucional e dinamização de intervenções integradas de gestão e promoção territorial	37.297.717	8,9
6.2. Desenvolvimento de competências e iniciativas de modernização da Administração Local	3.888.395	0,9
<b>TOTAL</b>	<b>419.492.226</b>	<b>100,0</b>

\* OS MONTANTES APRESENTADOS REFLECTEM AS NECESSIDADES DE INVESTIMENTO APRESENTADAS PELOS MUNICÍPIOS, NÃO SE CONSTITUINDO AINDA COMO INTENÇÕES FIRMES DE INVESTIMENTO

Nos pontos seguintes procede-se à explicitação dos objectivos e conteúdos específicos de cada uma das LEI's, caracterizando as Medidas associadas e a tipologia de operações/ projectos que as concretizam.

### **LEI I – REFORÇO E QUALIFICAÇÃO DOS FACTORES DE AFIRMAÇÃO COMPETITIVA DA BASE ECONÓMICA REGIONAL**

Esta LEI visa contribuir para o reforço e a qualificação dos factores de afirmação competitiva da base económica do Baixo Alentejo, agregando um conjunto de iniciativas e acções de natureza material e imaterial largamente complementares entre si. As Medidas associadas a esta LEI são as seguintes:

- I.1. Melhoria das condições da envolvente de suporte ao desenvolvimento económico;
- I.2. Valorização de recursos e actividades turísticas;
- I.3. Animação e dinamização integrada de actividades e vocações económicas de base endógena.

A Medida I.1. incide especificamente sobre a melhoria das condições de suporte ao desenvolvimento económico e empresarial, incluindo aí a criação, ampliação e/ou remodelação de infra-estruturas de acolhimento empresarial e de equipamentos destinados à realização de feiras e exposições. Esta Medida inclui ainda a montagem e/ou robustecimento de serviços de apoio ao desenvolvimento económico e empresarial, como complemento necessário das intervenções de carácter mais infra-estrutural.

A Medida I.2. pretende contribuir para a valorização de recursos e actividades directa e indirectamente ligadas ao desenvolvimento da fileira do turismo, identificada como portadora de importantes potencialidades no quadro do robustecimento da base económica do Baixo Alentejo. Esta Medida acolhe projectos que estão essencialmente relacionados com a criação e/ou qualificação de infra-estruturas de suporte à actividade turística (praias fluviais e parques de campismo e auto-caravanismo, postos de turismo, sinalização turística, etc.).

Por último, a Medida I.3. pretende contribuir directamente para a animação e dinamização de actividades e vocações económicas de base endógena, assentando essencialmente em iniciativas de cariz imaterial. Inclui-se aqui a promoção de eventos de cariz diverso com forte vinculação aos produtos locais do Baixo Alentejo, estabelecendo canais específicos de promoção da oferta existente junto de diferentes segmentos de procura.

## **LEI 2 - PROMOÇÃO DA COESÃO SOCIAL E DA IDENTIDADE TERRITORIAL**

---

Esta LEI visa contribuir para o reforço e promoção da coesão social e da identidade territorial do Baixo Alentejo, agrupando investimentos nas áreas educativa, social, desportiva, cultural e recreativa. As Medidas associadas a esta LEI são as seguintes:

- 2.1. Reconfiguração e modernização da rede educativa;
- 2.2. Reforço e qualificação da rede de equipamentos e respostas sociais;
- 2.3. Recuperação e valorização de valores culturais e patrimoniais.

A Medida 2.1. abrange investimentos directamente relacionados com o quadro de atribuições e competências dos Municípios em matéria de educação, designadamente ao nível da construção e remodelação de equipamentos escolares. Estes investimentos, devidamente enquadrados pelas Cartas Educativas elaboradas pelos Municípios, incluem ainda intervenções em instalações dedicadas ao ensino profissional, dada a relevância desta variante da oferta educativa para fazer face às necessidades do tecido económico.

A Medida 2.2. contempla investimentos de cariz essencialmente material que visam criar condições infra-estruturais adequadas para dar resposta a uma gama diversificada de necessidades sociais. Estão aqui incluídos os investimentos nos domínios desportivo e sócio-cultural, destacando-se, neste último caso, a aposta em equipamentos de vocação múltipla, potenciando assim a flexibilidade de funções e utilizações que lhes estão intrinsecamente associados.

Por último, a Medida 2.3. incide especificamente sobre a recuperação e valorização dos valores culturais e patrimoniais presentes na sub-região, agrupando intervenções que, para além da sua relevância intrínseca, se destinam também a qualificar o Baixo Alentejo como destino turístico. Neste contexto, esta Medida contempla um conjunto amplo e diversificado de investimentos que abrangem a recuperação/ requalificação e musealização de elementos patrimoniais (religiosos, militares e civis) e a criação/ remodelação de equipamentos museológicos (maioritariamente de cariz temático).

### **LEI 3 - REFORÇO DA ARTICULAÇÃO E DA CONECTIVIDADE TERRITORIAL**

---

Esta LEI visa contribuir para a melhoria das condições de articulação e conectividade no território do Baixo Alentejo, contemplando para o efeito um conjunto de investimentos predominantemente infra-estruturais. As Medidas associadas a esta LEI são as seguintes:

- 3.1. Melhoria das condições infra-estruturais de mobilidade local e regional;
- 3.2. Promoção de soluções de transporte público e articulação intermodal.

A Medida 3.1. agrega um conjunto de investimentos essencialmente ligados à construção, beneficiação e/ou remodelação de infra-estruturas de transporte rodoviário de âmbito local, municipal e intermunicipal (incluindo obras de arte), dada a sua relevância para a coesão territorial do Baixo Alentejo e o nível de carências que actualmente define a rede existente. Esta delimitação de investimentos não invalida, como é óbvio, a necessidade de intervenções

estruturais nas redes de infra-estruturas de transporte rodoviário e ferroviário geridas pela Administração Central.

A Medida 3.2., por seu turno, possui igualmente um carácter maioritariamente infra-estrutural mas está mais vocacionada para a criação de condições de suporte à intermodalidade e à promoção da utilização do transporte público de passageiros. Integram-se assim nesta Medida as intervenções relacionadas com a construção, remodelação e/ou reordenamento de infra-estruturas terminais de transporte público, de cariz rodoviário ou rodo-ferroviário.

#### **LEI 4 - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL**

---

Esta LEI visa contribuir para a promoção da valorização e qualificação ambiental do território do Baixo Alentejo, entendida ao nível da actuação quer sobre os recursos naturais/ ambientais propriamente ditos, quer, de forma mais específica, sobre a correcta gestão do ciclo urbano da água. Desta forma, as Medidas associadas a esta LEI são as seguintes:

4.1. Qualificação do património natural e prevenção de riscos;

4.2. Desenvolvimento dos sistemas de captação, distribuição e tratamento de água.

A Medida 4.1. é materializada através de um conjunto diversificado de projectos dirigidos à qualificação do património natural, conjugando intervenções de protecção e recuperação de recursos com valor ambiental com intervenções mais dirigidas à respectiva fruição (p.ex. requalificação e equipamento de zonas ribeirinhas). Estão também aqui incluídas acções que visam a prevenção de riscos, designadamente a protecção dos perímetros das zonas de captação de água.

A Medida 4.2. está essencialmente relacionada com intervenções ao nível das redes e sistemas de captação, distribuição e tratamento de água, tanto ao nível do abastecimento como da sua devolução ao meio. Estas intervenções destinam-se a suprir lacunas ligadas quer à inexistência deste tipo de redes, quer às necessidades de substituição e/ou remodelação das redes existentes.

## **LEI 5 - DESENVOLVIMENTO E QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO E TERRITORIAL**

---

Esta LEI engloba um conjunto de intervenções bastante diversificadas dirigidas à qualificação e regeneração urbana, seja de cariz integrado ou de cariz mais pontual, sendo operacionalizada através de duas Medidas similares mas incidentes sobre aglomerados urbanos de cariz distinto:

5.1. Qualificação e regeneração urbana (sedes de concelho);

5.2. Qualificação e regeneração urbana (outras localidades).

Estas Medidas incluem tipologias de intervenção tão distintas como a construção/requalificação de parques e jardins urbanos, construção/reabilitação de pavimentos e arruamentos e melhoria das condições de iluminação pública, de entre outras.

## **LEI 6 - CONSOLIDAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE NOVAS FORMAS DE GOVERNÂNCIA TERRITORIAL**

---

Esta LEI contempla um leque de intervenções dirigidas à capacitação e modernização da Administração Local no Baixo Alentejo, bem como à consolidação de práticas de cooperação inter-institucional e à adopção de novos instrumentos de planeamento e gestão do território. As Medidas associadas a esta LEI são as seguintes:

6.1. Cooperação institucional e dinamização de intervenções integradas de gestão e promoção territorial;

6.2. Desenvolvimento de competências e iniciativas de modernização da Administração Local.

A Medida 6.1. é operacionalizada através da elaboração e subsequente implementação de instrumentos de planeamento de base territorial com natureza diversa, designadamente Agendas 21 Locais, Planos Estratégicos e Planos Municipais de Ordenamento do Território.

A Medida 6.2., por seu turno, é operacionalizada através de projectos orientados para a modernização das Autarquias Locais (designadamente os Municípios), compreendendo intervenções ao nível da melhoria da qualidade dos serviços prestados ao Município, a reorganização da gestão e a reengenharia de processos e a certificação de sistemas integrados. Contemplando iniciativas de base estritamente municipal, pretende-se que esta Medida seja desenvolvida numa óptica de cooperação e de partilha e transferência de boas práticas entre Municípios.

## **PARTE II – PROPOSTA-BASE DE CONTRATUALIZAÇÃO**

---

A Parte II do **PTD\_BA** tem como objectivo central proceder à apresentação e explicitação da Proposta-Base de Contratualização do POR Alentejo entre a AMBAAL e a respectiva Autoridade de Gestão (CCDRA) para o período 2008-2013. Para o efeito, a estrutura aqui adoptada contempla os seguintes três Capítulos:

☒ Delimitação do Perímetro de Contratualização (Capítulo 5);

☒ Identificação da Carteira de Operações (Capítulo 6);

☒ Assistência Técnica (Capítulo 7).

Como foi já anteriormente referido, o estatuto de Proposta-Base que aqui é atribuído a este documento está muito associado às próprias vicissitudes que têm caracterizado o processo de divulgação de orientações claras e definitivas em tempo adequado por parte do MAOTDR, da SEDR e da CCDRA, as quais remetem para posterior negociação uma parte importante das decisões finais que nesta matéria terão de ser tomadas. A AMBAAL expressa, desde já, toda a sua disponibilidade e interesse para proceder a esta negociação com a Autoridade de Gestão do POR Alentejo, viabilizando assim a celeridade das decisões associadas.

### **5. ÂMBITO DA PROPOSTA-BASE DE CONTRATUALIZAÇÃO**

---

Este Capítulo tem como objectivo explicitar o perímetro de contratualização que foi delimitado pela AMBAAL no âmbito do presente **PTD\_BA** para efeitos de negociação com a CCDRA, tendo por base as directrizes emanadas por esta entidade e a carteira de operações e projectos passíveis de virem a ser contratualizados no âmbito do POR Alentejo.

Tratando-se este de um processo inédito na região do Alentejo e, como tal complexo devido à falta de experiência anteriormente acumulada (seja para as Associações de Municípios, seja para a própria CCDRA), optou-se aqui por fornecer uma visão detalhada do conjunto de

procedimentos políticos e técnicos que foram desenvolvidos para chegar à Proposta-Base de Contratualização.

Neste contexto, o primeiro exercício desenvolvido consistiu na classificação dos diferentes investimentos constantes do **PTD\_BA** em função da sua elegibilidade para efeitos de contratualização, constatando-se que, dos cerca de 420 milhões de euros de investimento que integram o **PTD\_BA**, apenas 53,4% correspondem a tipologias de operações susceptíveis de virem a ser contratualizadas no âmbito do POR Alentejo, o que perfaz aproximadamente 224 milhões de euros (Quadro 3).

Foi a partir da determinação deste montante que se procedeu subsequentemente a um exercício de priorização de investimentos, procurando assim promover o seu ajustamento em relação aos recursos FEDER disponíveis para contratualização. Deste processo resultou (Quadro 3):

- ☒ uma carteira de investimentos prioritários na ordem dos 122 milhões de euros, o que representa cerca de 55% do montante global de investimento do **PTD\_BA** passível de ser contratualizado;
- ☒ uma estimativa de necessidades de co-financiamento FEDER na ordem dos 81 milhões de euros, valor que se apresenta substancialmente superior à verba inicialmente *atribuída* ao Baixo Alentejo pela CCDRA (entre 35 a 44 milhões de euros).

Sem prejuízo de remeter para a fase de negociação a própria reapreciação dos recursos FEDER *atribuídos* ao Baixo Alentejo, que se consideram reduzidos face às necessidades e ao estágio específico de desenvolvimento desta sub-região no contexto global do Alentejo, considera-se desde já que o diferencial obtido não é indiferente em relação às vicissitudes que todo o processo tem conhecido (i.e. tardia e ainda insuficiente divulgação de orientações objectivas e definitivas por parte do MAOTDR, da SEDR e da CCDRA). Com efeito, tanto a AMBAAL como as restantes Associações de Municípios da região do Alentejo desconhecem, em rigor, os termos e critérios que presidirão à negociação dos diferentes Programas Territoriais de Desenvolvimento, seja na generalidade, seja, sobretudo, na especialidade (i.e. à escala de cada Regulamento Específico/ tipologia de operação).

**QUADRO 3 – PROPOSTA-BASE DE CONTRATUALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PDT\_BA**

Linhas Estratégicas de Intervenção Medidas	Investimento Global do PDT_BA		Proposta-Base de Contratualização	
	Total	Contratualizável	Investimento	FEDER
<b>LEI 1 - Reforço e Qualificação dos Factores de Afirmação Competitiva da Base Económica Regional</b>	<b>57.274.382 €</b>	<b>27.023.076 €</b>	<b>22.043.351 €</b>	<b>15.507.845 €</b>
1.1. Melhoria das condições e da envolvente de suporte ao desenvolvimento económico	40.390.076 €	21.440.076 €	17.373.351 €	12.161.345 €
1.2. Valorização de recursos e actividades turísticas	12.550.400 €	2.845.000 €	2.150.000 €	1.542.500 €
1.3. Animação e dinamização integrada de actividades e vocações económicas de base endógena	4.333.906 €	2.738.000 €	2.520.000 €	1.804.000 €
<b>LEI 2 - Promoção da Coesão Social e da Identidade Territorial</b>	<b>77.348.570 €</b>	<b>57.190.901 €</b>	<b>37.144.032 €</b>	<b>21.960.867 €</b>
2.1. Reconfiguração e modernização da Rede Educativa	15.496.007 €	15.496.007 €	12.096.007 €	8.467.205 €
2.2. Reforço e qualificação da rede de equipamentos e respostas sociais	41.713.532 €	23.195.563 €	13.798.879 €	7.306.631 €
2.3. Recuperação e promoção de valores culturais e patrimoniais	20.139.031 €	18.499.331 €	11.249.146 €	6.187.030 €
<b>LEI 3 - Reforço da Articulação e da Conectividade Territorial</b>	<b>57.991.123 €</b>	<b>54.291.123 €</b>	<b>33.321.797 €</b>	<b>23.325.258 €</b>
3.1. Melhoria das condições infra-estruturais de mobilidade local e regional	56.051.123 €	52.351.123 €	33.321.797 €	23.325.258 €
3.2. Promoção de soluções de transporte público e articulação intermodal	1.940.000 €	1.940.000 €	-	-
<b>LEI 4 - Valorização e Qualificação Ambiental</b>	<b>99.253.951 €</b>	<b>81.014.102 €</b>	<b>26.123.218 €</b>	<b>18.436.863 €</b>
4.1. Qualificação do património natural e prevenção de riscos	19.135.995 €	10.912.200 €	3.462.200 €	2.574.150 €
4.2. Desenvolvimento dos sistemas de captação, distribuição e tratamento de água	80.117.956 €	70.101.902 €	22.661.018 €	15.862.713 €
<b>LEI 5 - Desenvolvimento e Qualificação do Sistema Urbano e Territorial</b>	<b>86.438.087 €</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
5.1. Qualificação e regeneração urbana (Sedes de Concelho)	65.243.774 €	-	-	-
5.2. Qualificação e regeneração urbana (outras localidades)	21.194.314 €	-	-	-
<b>LEI 6 - Consolidação e Dinamização de Novas Formas de Governância Territorial</b>	<b>41.186.112 €</b>	<b>4.401.940 €</b>	<b>3.418.663 €</b>	<b>2.189.198 €</b>
6.1. Cooperação institucional e dinamização de intervenções integradas de gestão e promoção territorial	37.297.717 €	1.749.275 €	1.380.000 €	966.000 €
6.2. Desenvolvimento de competências e iniciativas de modernização da Administração Local	3.888.395 €	2.652.665 €	2.038.663 €	1.223.198 €
<b>Total</b>	<b>419.492.226 €</b>	<b>223.921.142 €</b>	<b>122.051.062 €</b>	<b>81.420.031 €</b>

Não existindo indicações específicas no que respeita quer às dotações FEDER por Regulamento Específico/ tipologia de operação, quer à respectiva repartição por sub-região NUTS III, compreende-se facilmente o desfasamento entre os montantes de investimento (e de co-financiamento FEDER) constantes da presente Proposta-Base e os recursos efectivamente disponíveis para efeitos de contratualização. Nesta perspectiva, compreende-se também a importância que a AMBAAL atribui à fase de negociação desta Proposta-Base com a CCDRA, dado que apenas nessa sede será possível dispor de informação mais detalhada que permita sustentar um novo exercício de dimensionamento do envelope financeiro a contratualizar.

Tendo em conta estes aspectos/ condicionantes, o Quadro 4 posiciona o montante de recursos FEDER associados à Proposta-Base de Contratualização do **PTD\_BA** na estrutura de Eixos Prioritários do POR Alentejo, facilitando assim a respectiva apreciação por parte da CCDRA.

**QUADRO 4 –INTEGRAÇÃO DA PROPOSTA-BASE DE CONTRATUALIZAÇÃO DO PTD\_BA NO POR ALENTEJO**

Linhas Estratégicas de Intervenção do PDT_BA	Eixos Prioritários do POR Alentejo				
	1	2	3	4	5
	Competitividade, Inovação e Conhecimento	Desenvolvimento Urbano	Conectividade e Articulação Territorial	Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Governança e Capacitação Institucional
LEI 1 - Reforço e Qualificação dos Factores de Afirmação Competitiva da Base Económica Regional	12.161.345 €	-	192.500 €	1.950.000 €	1.204.000 €
LEI 2 - Promoção da Coesão Social e da Identidade Territorial	682.500 €	-	21.278.367 €	-	-
LEI 3 - Reforço da Articulação e da Conectividade Territorial	-	2.541.700 €	20.783.558 €	-	-
LEI 4 - Valorização e Qualificação Ambiental	-	-	-	18.436.863 €	-
LEI 5 - Desenvolvimento e Qualificação do Sistema Urbano e Territorial	-	-	-	-	-
LEI 6 - Consolidação e Dinamização de Novas Formas de Governância Territorial	-	-	-	-	2.189.198 €
<b>TOTAL</b>	<b>12.843.845 €</b>	<b>2.541.700 €</b>	<b>42.254.425 €</b>	<b>20.386.863 €</b>	<b>3.393.198 €</b>

NOTA: OS VALORES APRESENTADOS REFEREM-SE A MONTANTES FEDER

Por último, e tendo por base o documento da CCDRA sobre 'Contratualização com as Associações de Municípios', de 15 de Abril de 2008, onde são identificados os 16 Regulamentos Específicos que englobam operações passíveis de virem a ser contratualizadas, compete aqui frisar que a AMBAAL apenas não pretende incluir na presente Proposta-Base de Contratualização os Regulamentos Específicos relativos a 'Economia Digital e Sociedade do Conhecimento' e a 'Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais'.

## **6. IDENTIFICAÇÃO NOMINAL DA CARTEIRA DE OPERAÇÕES**

---

Este Capítulo pretende objectivar o âmbito da Proposta-Base de Contratualização através da identificação nominal da carteira de operações que, no âmbito dos investimentos preconizados pelo **PTD\_BA**, se pretende ver contratualizada no âmbito do POR Alentejo.

Tal como é referido nas Orientações emanadas do MAOTDR para a contratualização, esta modalidade de gestão procura *fomentar uma abordagem integrada das intervenções de desenvolvimento territorial, apelando à cooperação entre Municípios*. Pretendendo evitar o atomismo das intervenções e demonstrar a dimensão supra/ intermunicipal dos benefícios sociais que lhes estão associados, a AMBAAL procede assim à submissão de um conjunto de 15 operações para efeitos de contratualização no âmbito do POR Alentejo, entendidas aqui enquanto *grupo de projectos coerentes direccionado para atingir os objectivos do Eixo Prioritário a que se referem* (Quadro 5).

**QUADRO 5 – CARTEIRA DE OPERAÇÕES DA PROPOSTA-BASE DE CONTRATUALIZAÇÃO DO PTD\_BA E RESPECTIVA INSERÇÃO NA ESTRUTURA DE EIXOS PRIORITÁRIOS DO POR ALENTEJO**

EIXOS PRIORITÁRIOS	OPERAÇÕES
EIXO PRIORITÁRIO 1 Competitividade, Inovação e Conhecimento	1. Desenvolvimento da Rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo
	2. Reconfiguração e Desenvolvimento da Rede de Áreas de Acolhimento Empresarial do Baixo Alentejo
	3. Promoção da Utilização de Energias Renováveis e da Eficiência Energética
EIXO PRIORITÁRIO 2 Desenvolvimento Urbano	4. Promoção da Mobilidade Sustentável e da Circulação Urbana
EIXO PRIORITÁRIO 3 Conectividade e Articulação Territorial	5. Reforço e Qualificação da Conectividade e da Articulação Rodoviária do Baixo Alentejo
	6. Reconfiguração e qualificação da Rede Educativa do Baixo Alentejo
	7. Recuperação e Valorização do Património Cultural
	8. Consolidação da Rede de Equipamentos Culturais do Baixo Alentejo
	9. Consolidação e Qualificação da Rede de Equipamentos Sociais do Baixo Alentejo
EIXO PRIORITÁRIO 4 Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	10. Consolidação e Qualificação dos Sistemas Territoriais de Distribuição e Abastecimento de Água e de Drenagem do Baixo Alentejo
	11. Valorização e Qualificação Ambiental do Baixo Alentejo
	12. Remodelação da Rede de Protecção Civil
	13. Promoção da Fruição dos Espaços Naturais
EIXO PRIORITÁRIO 5 Governança e Capacitação Institucional	14. Promoção de Intervenções Integradas de Gestão e Promoção Territorial
	15. Desenvolvimento de Iniciativas de Modernização Administrativa Local no Baixo Alentejo

A caracterização mais detalhada desta carteira de operações (e dos respectivos projectos, quando aplicável) é efectuada nos pontos seguintes, de acordo com os diferentes Eixos Prioritários do POR Alentejo, podendo ainda ser aprofundada através da consulta do Anexo a este documento, que contém as Fichas Individuais de Operação/ Projecto.

## **EIXO I – COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO**

A Proposta-Base de Contratualização do PTD\_BA enquadrável no Eixo Prioritário I do POR Alentejo engloba as seguintes três operações:

1. Desenvolvimento da Rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo;
2. Reconfiguração e Desenvolvimento da Rede de Áreas de Acolhimento Empresarial do Baixo Alentejo;

### 3. Promoção da Utilização de Energias Renováveis e da Eficiência Energética.

A Operação 1 visa consolidar e aprofundar o papel desempenhado pela Rede de Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE) do Baixo Alentejo, lançada em 2002 pela AMBAAL em colaboração com a Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL). Os GADE assumem-se como estruturas de base autárquica que promovem actividades de desenvolvimento local assentes na divulgação das potencialidades concelhias e no apoio directo e personalizado aos agentes económicos, contribuindo o seu funcionamento em rede para evitar a duplicação de esforços na prossecução de objectivos comuns, potenciar resultados e experiências e promover conjuntamente o espaço territorial do Baixo Alentejo. Esta Operação corresponde a um investimento de €1.300.000 (com co-financiamento do POR Alentejo a 70%).

A Operação 2 visa reconfigurar e desenvolver a rede de áreas de acolhimento empresarial do Baixo Alentejo, tendo em vista a mitigação das deficiências qualitativas e quantitativas existentes ao nível deste factor básico de suporte ao desenvolvimento e à competitividade do território. Esta Operação corresponde a um investimento de €16.073.351 (com co-financiamento do POR Alentejo a 70%), desdobrando-se em 14 projectos específicos (ver Fichas de Projecto associadas).

Por fim, a Operação 3 visa promover a utilização de energias renováveis e melhoria do grau de eficiência energética no Baixo Alentejo, assentando para o efeito em projectos específicos aplicados em instalações e equipamentos públicos. Esta Operação corresponde a um investimento de €975.000 (com co-financiamento do POR Alentejo a 70%).

## **EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO URBANO**

---

A Proposta-Base de Contratualização do **PTD\_BA** enquadrável no Eixo Prioritário 2 do POR Alentejo engloba a seguinte operação:

### 4. Promoção da Mobilidade Sustentável e da Circulação Urbana.

Esta operação visa contribuir para a promoção da mobilidade sustentável e da melhoria das condições de circulação urbana, designadamente – mas não só - através da criação de variantes e circulares aos centros urbanos. Esta Operação corresponde a um investimento de €3.631.000 (com co-financiamento do POR Alentejo a 70%).

### **EIXO 3 – CONECTIVIDADE E ARTICULAÇÃO TERRITORIAL**

---

A Proposta-Base de Contratualização do **PTD\_BA** enquadrável no Eixo Prioritário 3 do POR Alentejo engloba as seguintes cinco operações:

5. Reforço e Qualificação da Conectividade e da Articulação Rodoviária do Baixo Alentejo;
6. Reconfiguração e qualificação da Rede Educativa do Baixo Alentejo;
7. Recuperação e Valorização do Património Cultural;
8. Consolidação da Rede de Equipamentos Culturais do Baixo Alentejo;
9. Consolidação e Qualificação da Rede de Equipamentos Sociais do Baixo Alentejo.

A Operação 5 visa contribuir para o reforço e qualificação da conectividade e da articulação rodoviária no Baixo Alentejo, designadamente através da melhoria das acessibilidades locais e intermunicipais (construção e requalificação de estradas e melhoria das condições de articulação e de circulação). Esta Operação corresponde a um investimento de €29.690.797 (com co-financiamento do POR Alentejo a 70%).

A Operação 6 visa a reconfiguração e qualificação da rede educativa do Baixo Alentejo, devidamente alinhada com as Cartas Educativas produzidas pelos Municípios. Esta Operação corresponde a um investimento de €12.096.007 (com co-financiamento do POR Alentejo a 70%).

A Operação 7 visa contribuir para a recuperação e valorização do património cultural do Baixo Alentejo, combinando a reabilitação de elementos já consolidados e a dinamização de novos activos culturais e patrimoniais. As intervenções propostas representam também um contributo importante para a dinamização do turismo a nível sub-regional, designadamente na perspectiva da diversificação e qualificação da oferta. Esta Operação corresponde a um investimento de €11.599.146 (com co-financiamento do POR Alentejo a 55%).

A Operação 8 visa promover a consolidação da rede de equipamentos culturais do Baixo Alentejo, designadamente ao nível da intervenção sobre bibliotecas, arquivos públicos e cine-teatros. Esta Operação corresponde a um investimento de €10.358.614 (com co-financiamento do POR Alentejo a 40% no caso dos cine-teatros e a 50% nos restantes casos).

Por último, a Operação 9 visa consolidar e qualificar a rede de equipamentos sociais do Baixo Alentejo, tendo em vista a melhoria da oferta de serviços às populações e a promoção da

coesão social, através da generalização do acesso em situação de equidade à rede de infra-estruturas sociais. Esta Operação corresponde a um investimento de €2.465.265 (com co-financiamento do POR Alentejo a 70%).

#### **EIXO 4 – QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL**

---

A Proposta-Base de Contratualização do **PTD\_BA** enquadrável no Eixo Prioritário 4 do POR Alentejo engloba as seguintes quatro operações:

10. Consolidação e Qualificação dos Sistemas Territoriais de Distribuição e Abastecimento de Água e de Drenagem do Baixo Alentejo;

11. Valorização e Qualificação Ambiental do Baixo Alentejo;

12. Remodelação da Rede de Protecção Civil;

13. Promoção da Fruição dos Espaços Naturais.

A Operação 10 visa proceder ao fecho e complemento da malha de abastecimento de água e saneamento básico, tendo nomeadamente em conta os problemas e lacunas que ainda subsistem ao nível de algumas infra-estruturas básicas e do grau de cobertura dos territórios, bem como, complementarmente, a necessidade de remodelação de redes mais antigas em centros urbanos que se encontram desadequadas e obsoletas (derivada em grande medida da tendência para a concentração populacional aí registada). Esta Operação corresponde a um investimento de €22.661.018 (com co-financiamento do POR Alentejo a 70%).

A Operação 11 visa promover a valorização e qualificação ambiental de alguns espaços do Baixo Alentejo, em termos de operações de recuperação, qualificação ambiental e refuncionalização de áreas e recursos, promovendo a sua fruição pelas populações e pelos visitantes/ turistas. Esta Operação corresponde a um investimento de €4.512.200 (com co-financiamento do POR Alentejo a 75%).

A Operação 12 visa melhorar a gestão preventiva dos riscos naturais, ambientais e tecnológicos a que o território está exposto e promover a correcta utilização do território em condições de segurança e em benefício das comunidades. Esta Operação corresponde a um investimento de €450.000 (com co-financiamento do POR Alentejo a 70%).

Por último, a Operação 13 visa consolidar o reconhecimento do valor do património natural através do apoio e promoção da visitação de espaços naturais, numa lógica de garantia do

equilíbrio sócio-económico, fomento da fruição de zonas protegidas, desenvolvimento dos territórios rurais e dos recursos endógenos e incremento da capacidade atractiva e da visibilidade turística do território. Esta Operação corresponde a um investimento de €1.100.000 (com co-financiamento do POR Alentejo a 75%).

## **EIXO 5 – GOVERNAÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL**

---

A Proposta-Base de Contratualização do **PTD\_BA** enquadrável no Eixo Prioritário 5 do POR Alentejo engloba as seguintes duas operações:

14. Promoção de intervenções integradas de gestão e promoção territorial;

15. Desenvolvimento de Iniciativas de Modernização Administrativa Local no Baixo Alentejo.

A Operação 14 visa apoiar iniciativas de promoção e capacitação das principais instituições regionais e locais, contribuindo para o estudo e investigação do território, o desenvolvimento de abordagens de prospectiva e análise estratégica, a inventariação e construção de informação, a animação socioeconómica, a promoção do Baixo Alentejo, a valorização dos produtos endógenos regionais e a cooperação entre as instituições com presença efectiva no espaço regional, contribuindo para a construção de processos de desenvolvimento sustentados e integrados. Esta Operação corresponde a um investimento de €3.100.000 (com co-financiamento do POR Alentejo a 70%).

A Operação 15, por seu turno, visa criar condições para uma Administração Pública Local mais eficiente e eficaz, designadamente através da adopção de modelos sistemáticos de modernização tecnológica e processual, e da melhoria do relacionamento entre a administração pública local com as empresas e os cidadãos. Esta Operação corresponde a um investimento de €2.038.663 (com co-financiamento do POR Alentejo a 60%).

## **7. ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

---

A efectivação do processo de contratualização do POR Alentejo implicará a delegação de competências e funções de gestão técnica, administrativa e financeira da CCDRA para a AMBAAL, passando esta a beneficiar do estatuto de organismo intermédio definido no Decreto-Lei n° 312/2007 de 17 de Setembro. De acordo com esta referência legal, as

competências de gestão passíveis de serem delegadas na AMBAAL são, designadamente, as seguintes:

- ▣ aprovar as candidaturas a financiamento pelo POR Alentejo que, reunindo condições de aceitabilidade, tenham mérito adequado a receberem apoio financeiro;
- ▣ apreciar a aceitabilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo POR Alentejo, assegurando designadamente que as operações são seleccionadas em conformidade com os critérios aplicáveis;
- ▣ assegurar de que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
- ▣ assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo POR Alentejo;
- ▣ garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- ▣ assegurar a conformidade dos contratos de financiamento e dos termos de aceitação das operações apoiadas com a decisão de concessão do financiamento e o respeito pelos normativos aplicáveis;
- ▣ verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
- ▣ verificar a elegibilidade das despesas;
- ▣ assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificações de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;
- ▣ assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- ▣ assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;

☒ celebrar contratos de financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos.

Tendo em vista o exercício destas competências por parte da AMBAAL, encontra-se prevista a remuneração das actividades associadas através da apresentação de candidatura específica ao Eixo de Assistência Técnica do POR Alentejo após ter sido celebrado o contrato de subvenção global com a CCDRA. O valor desta remuneração será determinado *a posteriori* em função do valor desse contrato, admitindo-se que o mesmo venha a representar 1% do montante contratado.

## **ANEXO – FICHAS INDIVIDUAIS DE OPERAÇÃO/ PROJECTO**

<b>Designação da Operação:</b>	I. Desenvolvimento da Rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo
<b>Memória Descritiva:</b>	<p>Desde o ano de 2002 que a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (AMBAAL), em colaboração estreita com a Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL), tem vindo a promover a criação nos seus municípios associados de Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE).</p> <p>Os GADE assumem-se como estruturas de base autárquica que promovem actividades de desenvolvimento local assentes na divulgação das potencialidades concelhias e no apoio directo e personalizado aos agentes económicos.</p> <p>A lógica de funcionamento em rede dos GADE tem contribuído para evitar a duplicação de esforços na prossecução de objectivos comuns, potenciar resultados e experiências, possibilitar um contacto mais próximo entre os GADE e consequentemente a sua concertação em vários concelhos e a promoção conjunta pela área abrangida pela Rede.</p> <p>Todo o processo de implementação dos Gabinetes e criação da sua estrutura física e humana, procura aprofundar o trabalho realizado, melhorar os seus processos de comunicação e intervenção e reforçar a estrutura de rede que lhes está subjacente.</p>
<b>Localização:</b>	Municípios do Baixo Alentejo
<b>Promotores:</b>	Câmaras Municipais do Baixo Alentejo; ADRAL
<b>Área de Influência:</b>	Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	1.300.000 €
<b>Taxa de Co-financiamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	910.000 €
<b>Calendarização</b>	2008-2013
<b>Componentes (Projectos/Acções)</b>	<p>Alargar a rede a todos os municípios do Baixo Alentejo;</p> <p>Promover acções para captação de novos investidores e apoiar a instalação de novas empresas;</p> <p>Divulgar as potencialidades concelhias e regionais para a promoção/reforço da base económica;</p> <p>Apoiar e colaborar com os agentes económicos na disponibilização de informação sobre linhas de financiamento de programas nacionais e comunitários, entre outras;</p> <p>Assegurar a recolha e tratamento de elementos de carácter económico e social do concelho e da região;</p> <p>Promover acções de sensibilização e apoio a agentes económicos para modernização/reconversão/expansão de actividades já instaladas;</p> <p>Propor ao Municípios as acções tendentes a promover o desenvolvimento económico do local e regional;</p> <p>Dinamizar as potencialidades das áreas de acolhimento empresarial a nível regional, nacional e internacional.</p>
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b>	
Eixo I - Competitividade, Inovação e Conhecimento	
<i>Regulamento Específico</i> Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico	
<i>Tipologia</i> Serviços Partilhados e Acções de Divulgação e Empreendedorismo	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b>	
I - Retorço e Qualificação dos factores de Afirmação Competitiva da	
<i>Linha Estratégica de Intervenção</i> Base Económica Regional	
<i>Medida</i> I.1 - Melhoria das condições e da envolvente de suporte ao desenvolvimento económico	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	2. Reconfiguração e Desenvolvimento da Rede de Áreas de Acolhimento Empresarial do Baixo Alentejo

<b>Designação da Operação:</b>	2. Reconfiguração e Desenvolvimento da Rede de Áreas de Acolhimento Empresarial do Baixo Alentejo
<b>Memória Descritiva:</b>	<p>Não obstante o incremento da capacidade de acolhimento verificado em toda a Região Alentejo, e também no Baixo Alentejo, continuam a subsistir deficiências qualitativas e quantitativas na dotação de espaços e de equipamento de suporte à localização de iniciativas empresariais, tendo presente que estas infra-estruturas perfilam-se como condições básicas de suporte ao desenvolvimento e à competitividade dos territórios. Neste sentido a inexistência de áreas de acolhimento ou, a outro nível, a escassez de solo industrial infra-estruturado e capacitado pode constituir um entrave ao necessário desenvolvimento da atividade económica e incapacitar a região para atrair novos investimentos.</p> <p>Desta forma, com esta intervenção pretende-se, por um lado, a criação de novas áreas de acolhimento empresarial, suprimindo as carências básicas existentes e, por outro, a expansão/infra-estruturação de áreas de desenvolvimento industrial já existentes, visando a sua qualificação, numa perspectiva adequada às novas exigências dos tecidos produtivos. A prossecução deste desígnio contribuirá para o incremento da dotação e da reconfiguração da cobertura territorial de acolhimento empresarial com vista à existência de condições básicas de suporte ao desenvolvimento transversais ao território do Baixo Alentejo, e o desenvolvimento de economias de aglomeração e fileiras produtivas, com o intuito de modernizar o espaço económico regional e reforçar a sua envolvente institucional e associativa (considerando a interligação com a Operação - Desenvolvimento da Rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo).</p>
<b>Localização:</b>	Aljustrel; Almodôvar; Alvito; Barrancos; Castro Verde; Cuba; Ferreira do Alentejo; Moura; Ourique; Vidigueira
<b>Promotores:</b>	CM Aljustrel; CM Almodôvar; CM Alvito; CM Barrancos; CM Castro Verde; CM Cuba; CM Ferreira do Alentejo; CM Moura; CM Ourique; CM Vidigueira
<b>Área de Influência:</b>	Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	16.073.351 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	11.251.345 €
<b>Calendarização</b>	2008-2013
<b>Componentes (Projectos/Acções)</b>	<p>Ampliação da Zona Industrial de Aljustrel - Fase I e II (Aljustrel) [1.500.000€]  Requalificação e Ampliação da Zona Industrial de Almodôvar (Almodôvar) [350.000€]  Criação do Parque empresarial na Zona de Gomes Aires (Almodôvar) [1.000.000€]  Criação da zona de actividades económicas - Infra-estruturas (Alvito) [550.000€]  Construção do Parque Empresarial - Fase I, II e CDIE (Barrancos) [2.750.000€]  Zona de Actividades Económicas de Castro Verde (Castro Verde) [600.000€]  Parque Empresarial da Cavandela (Castro Verde) [3.000.000€]  Infra-estruturas do Loteamento do Parque Industrial (Cuba) [1.772.985€]  Alargamento do Parque das Empresas (Ferreira do Alentejo) [1.000.000€]  Zona de Actividades Económicas de Santa Margarida (Ferreira do Alentejo) [350.000€]  Requalificação e ampliação da zona industrial da UPI de Moura (Moura) [425.366€]  Nova zona industrial de Moura - UP II (Moura) [1.200.000€]  Parque Empresarial e Logístico (Ourique) [75.000€]  Infra-Estrutura de Suporte à Actividade Empresarial (Vidigueira) [1.500.000€]</p>
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b> Eixo I - Competitividade, Inovação e Conhecimento Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico Tipologia Infra-Estruturas Físicas - AAE	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b> I - Retorção e Qualificação dos Factores de Atracção Competitiva da Base Linha Estratégica de Intervenção Económica Regional Medida I.1 - Melhoria das condições e da envolvente de suporte ao desenvolvimento económico	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	I. Desenvolvimento da Rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo

<b>Designação da Operação:</b>	2. Reconfiguração e Desenvolvimento da Rede de Áreas de Acolhimento Empresarial do Baixo Alentejo	
<b>Projecto</b>	2.1 Ampliação da Zona Industrial de Aljustrel - Fase I e II	
<b>Memória Descritiva:</b>	Ampliação da Zona Industrial existente com a implementação dos novos lotes, dotados de infra-estruturas, arruamentos, passeios, águas, esgotos, pluviais, rede eléctrica, telefones, zonas verdes e equipamentos, visando incrementar quantitativamente e qualitativamente a capacidade de acolhimento empresarial municipal e regional, e a diversificação da base económica local e do mercado de emprego territorial	
<b>Localização:</b>	Aljustrel	
<b>Promotores:</b>	CM Aljustrel	
<b>Área de Influência:</b>	Aljustrel - Baixo Alentejo	
<b>Investimento:</b>	300.000 €	Fase I
	1.200.000 €	Fase II
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%	
<b>Comparticipação FEDER</b>	210.000 €	Fase I
	840.000 €	Fase II
<b>Calendarização</b>	2009-2010 2011-2013	
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b>		
<i>Eixo</i> I - Competitividade, Inovação e Conhecimento		
<i>Regulamento Específico</i> Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico		
<i>Tipologia</i> Infra-Estruturas Físicas - AAE		
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b>		
I - Retorço e Qualificação dos Factores de Atracção Competitiva da Base		
<i>Linha Estratégica de Intervenção</i> Económica Regional		
<i>Medida</i> I.1 - Melhoria das condições e da envolvente de suporte ao desenvolvimento económico		
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	1. Desenvolvimento da Rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo	

<b>Designação da Operação:</b>	2. Reconfiguração e Desenvolvimento da Rede de Áreas de Acolhimento Empresarial do Baixo Alentejo
<b>Projecto</b>	2.2 Requalificação e Ampliação da Zona Industrial de Almodôvar
<b>Memória Descritiva:</b>	Requalificação e ampliação da rede de infra-estruturas básicas e pavimentação de arruamentos, visando incrementar quantitativamente e qualitativamente a capacidade de acolhimento empresarial municipal e regional, e a diversificação do mercado de emprego territorial
<b>Localização:</b>	Almodôvar
<b>Promotores:</b>	CM Almodôvar
<b>Área de Influência:</b>	Almodôvar - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	350.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	245.000 €
<b>Calendarização</b>	2008-2009
<p><b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b></p> <p><i>Eixo</i> I - Competitividade, Inovação e Conhecimento</p> <p><i>Regulamento Específico</i> Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico</p> <p><i>Tipologia</i> Infra-Estruturas Físicas - AAE</p>	
<p><b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b></p> <p><i>Linha Estratégica de Intervenção</i> I - Reforço e Qualificação dos Factores de Afirmção Competitiva da Base Económica Regional</p> <p><i>Medida</i> I.1 - Melhoria das condições e da envolvente de suporte ao desenvolvimento económico</p>	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	I. Desenvolvimento da Rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo

<b>Designação da Operação:</b>	2. Reconfiguração e Desenvolvimento da Rede de Áreas de Acolhimento Empresarial do Baixo Alentejo
<b>Projecto</b>	2.3 Criação do Parque empresarial na Zona de Gomes Aires
<b>Memória Descritiva:</b>	Criação de uma área de acolhimento empresarial, contemplando a execução da rede de infra-estruturas básicas, a criação de novos lotes de localização e pavimentação de arruamentos, visando incrementar quantitativamente e qualitativamente a capacidade de acolhimento empresarial municipal e regional, e a diversificação do mercado de emprego territorial.
<b>Localização:</b>	Almodôvar
<b>Promotores:</b>	CM Almodôvar
<b>Área de Influência:</b>	Almodôvar - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	1.000.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	700.000 €
<b>Calendarização</b>	2010-2011
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b>	
<i>Eixo</i> I - Competitividade, Inovação e Conhecimento	
<i>Regulamento Específico</i> Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico	
<i>Tipologia</i> Infra-Estruturas Físicas - AAE	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b>	
<i>Linha Estratégica de Intervenção</i>	I - Reforço e Qualificação dos Factores de Afirmação Competitiva da Base Económica Regional
<i>Medida</i>	I.1 - Melhoria das condições e da envolvente de suporte ao desenvolvimento económico
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	I. Desenvolvimento da Rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo

<b>Designação da Operação:</b>	2. Reconfiguração e Desenvolvimento da Rede de Áreas de Acolhimento Empresarial do Baixo Alentejo
<b>Projecto</b>	2.4 Criação da zona de actividades económicas - Infra-estruturas
<b>Memória Descritiva:</b>	Elaboração do plano de pormenor e construção das infra-estruturas básicas de suporte à criação da zona de actividades económicas, que permitam a instalação de empresas e serviços, suprimindo a carência local de capacidade de acolhimento empresarial.
<b>Localização:</b>	Alvito
<b>Promotores:</b>	CM Alvito
<b>Área de Influência:</b>	Alvito - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	550.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	385.000 €
<b>Calendarização</b>	2008-2010
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b> Eixo I - Competitividade, Inovação e Conhecimento Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico Tipologia Infra-Estruturas Físicas - AAE	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b> Linha Estratégica de Intervenção I - Reforço e Qualificação dos Factores de Afirmação Competitiva da Base Económica Regional Medida I.1 - Melhoria das condições e da envolvente de suporte ao desenvolvimento económico	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	I. Desenvolvimento da Rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo

<b>Designação da Operação:</b>	2. Reconfiguração e Desenvolvimento da Rede de Áreas de Acolhimento Empresarial do Baixo Alentejo	
<b>Projecto</b>	2.5 Construção do Parque Empresarial (Fase I, II e CDIE)	
<b>Memória Descritiva:</b>	<p>Construir o Parque Empresarial, suprimindo a inexistência de espaços existente no concelho, visando o acolhimento empresas dos sectores Agro-alimentar (tendo em consideração a existência da DOP de Presunto, e o desenvolvimento da fileira associada), bem como outras actividades complementares. Constará ainda com dois espaços colectivos para acolher salas de formação, serviços comuns às empresas e salas dedicadas à investigação na área das agro-indústrias, turismo e energias renováveis, a que se associa a instalação das infra-estruturas do Centro de Desenvolvimento de Iniciativas Empresariais (CDIE) (isto numa lógica de intermunicipalidade dedicada à investigação de apoio às empresas ao nível dos Parques Empresariais de Barrancos, Moura e Vidigueira).</p>	
<b>Localização:</b>	Barrancos	
<b>Promotores:</b>	CM Barrancos	
<b>Área de Influência:</b>	Barrancos - Baixo Alentejo	
<b>Investimento:</b>	1.500.000 €	Fase I
	1.000.000 €	Fase II
	250.000 €	CDIE
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%	
<b>Comparticipação FEDER</b>	1.050.000 €	Fase I
	700.000 €	Fase II
	175.000 €	CDIE
<b>Calendarização</b>	2008-2009	Fase I
	2009-2010	Fase II
	2009-2010	CDIE
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b> <i>Eixo I - Competitividade, Inovação e Conhecimento</i> <i>Regulamento Específico</i> Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico <i>Tipologia</i> Infra-Estruturas Físicas - AAE		
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b> <i>I - Reforço e Qualificação dos Factores de Afirmção Competitiva da Base</i> <i>Linha Estratégica de Intervenção</i> Económica Regional  <i>Medida</i> I.1 - Melhoria das condições e da envolvente de suporte ao desenvolvimento económico		
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	I. Desenvolvimento da Rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo	

<b>Designação da Operação:</b>	2. Reconfiguração e Desenvolvimento da Rede de Áreas de Acolhimento Empresarial do Baixo Alentejo
<b>Projecto</b>	2.6 Zona de Actividades Económicas de Castro Verde
<b>Memória Descritiva:</b>	Implementação de uma Zona de Actividades Económicas numa área de cerca de 10 hectares, junto a Castro Verde para realocação de algumas actividades industriais situadas no perímetro urbano (incluindo as novas oficinas, armazéns e estaleiro municipais) e instalação de novas unidades empresariais, visando incrementar quantitativamente e qualitativamente a capacidade de acolhimento empresarial municipal e regional, e a diversificação da base económica local e do mercado de emprego territorial.
<b>Localização:</b>	Castro Verde
<b>Promotores:</b>	CM Castro Verde
<b>Área de Influência:</b>	Castro Verde - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	600.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	420.000 €
<b>Calendarização</b>	2008-2010
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b> Eixo I - Competitividade, Inovação e Conhecimento Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico Tipologia Infra-Estruturas Físicas - AAE	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b> I - Reforço e Qualificação aos factores de Afirmação Competitiva da base Linha Estratégica de Intervenção Económica Regional Medida 1.1 - Melhoria das condições e da envolvente de suporte ao desenvolvimento económico	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	I. Desenvolvimento da Rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo

<b>Designação da Operação:</b>	2. Reconfiguração e Desenvolvimento da Rede de Áreas de Acolhimento Empresarial do Baixo Alentejo
<b>Projecto</b>	2.7 Parque Empresarial da Cavandela
<b>Memória Descritiva:</b>	Implementação, com recurso a uma parceria público/privado, de um Parque Empresarial numa área de cerca de 40 hectares com acesso directo ao IP 2 através do "Nó" das Piçarras e situada a cerca de 1 km do "Nó" de acesso à A2, visando incrementar quantitativamente e qualitativamente a capacidade de acolhimento empresarial municipal e regional, e a diversificação da base económica local e do mercado de emprego territorial.
<b>Localização:</b>	Castro Verde
<b>Promotores:</b>	CM Castro Verde; Privados
<b>Área de Influência:</b>	Castro Verde - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	3.000.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	2.100.000 €
<b>Calendarização</b>	2010-2013
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b> Eixo I - Competitividade, Inovação e Conhecimento Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico Tipologia Infra-Estruturas Físicas - AAE	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b> Linha Estratégica de Intervenção I - Reforço e Qualificação dos factores de Afirmação Competitiva da base Económica Regional Medida I.1 - Melhoria das condições e do ambiente de suporte ao desenvolvimento económico	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	I. Desenvolvimento da Rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo

<b>Designação da Operação:</b>	2. Reconfiguração e Desenvolvimento da Rede de Áreas de Acolhimento Empresarial do Baixo Alentejo
<b>Projecto</b>	2.8 Infra-estruturas do Loteamento do Parque Industrial
<b>Memória Descritiva:</b>	Elaboração do plano e construção das infra-estruturas básicas de suporte à criação da zona de actividades económicas, que permitam a instalação de empresas e serviços, suprimindo a carência local de capacidade de acolhimento empresarial.
<b>Localização:</b>	Cuba
<b>Promotores:</b>	CM Cuba
<b>Área de Influência:</b>	Cuba - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	1.772.985 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	1.241.090 €
<b>Calendarização</b>	2008-2010
<p><b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b></p> <p><i>Eixo</i> I - Competitividade, Inovação e Conhecimento</p> <p><i>Regulamento Específico</i> Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico</p> <p><i>Tipologia</i> Infra-Estruturas Físicas - AAE</p>	
<p><b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b></p> <p>I - Retorço e Qualificação dos factores de Afirmação Competitiva da Base</p> <p><i>Linha Estratégica de Intervenção</i> Económica Regional</p> <p><i>Medida</i> I.1 - Melhoria das condições e da envolvente de suporte ao desenvolvimento económico</p>	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	I. Desenvolvimento da Rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo

<b>Designação da Operação:</b>	2. Reconfiguração e Desenvolvimento da Rede de Áreas de Acolhimento Empresarial do Baixo Alentejo
<b>Projecto</b>	2.9 Alargamento do Parque das Empresas
<b>Memória Descritiva:</b>	O actual parque de empresas de Ferreira do Alentejo, embora ainda com as empresas na fase de instalação, está numa fase de lotação esgotada, estando o município com dificuldades em dar resposta aos investidores com intenção de se instalarem. Neste sentido, pretende-se o alargamento de parque com a criação de mais lotes com todas as infra-estruturas adequadas à instalação das empresas.
<b>Localização:</b>	Ferreira do Alentejo
<b>Promotores:</b>	CM Ferreira do Alentejo
<b>Área de Influência:</b>	Ferreira do Alentejo - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	1.000.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	700.000 €
<b>Calendarização</b>	2009-2010
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b> Eixo I - Competitividade, Inovação e Conhecimento Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico Tipologia Infra-Estruturas Físicas - AAE	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b> I - Retorno e Qualificação aos factores de Afirmção Competitiva da base Linha Estratégica de Intervenção Económica Regional Medida I.1 - Melhoria das condições e do ambiente de suporte ao desenvolvimento económico	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	I. Desenvolvimento da Rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo

<b>Designação da Operação:</b>	2. Reconfiguração e Desenvolvimento da Rede de Áreas de Acolhimento Empresarial do Baixo Alentejo
<b>Projecto</b>	2.10 Zona de Actividades Económicas de Santa Margarida
<b>Memória Descritiva:</b>	Criação de uma zona de actividades económicas (4 lotes de terreno com todas as condições e infra-estruturas necessárias à instalação de empresas) em Santa Margarida do Sado com o objectivo de retirar todas as actividades da malha urbana da aldeia e dada a localização privilegiada a 3Km da auto-estrada para cativar potenciais investidores.
<b>Localização:</b>	Ferreira do Alentejo
<b>Promotores:</b>	CM Ferreira do Alentejo
<b>Área de Influência:</b>	Ferreira do Alentejo - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	350.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	245.000 €
<b>Calendarização</b>	2009-2010
<p><b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b></p> <p><i>Eixo</i> I - Competitividade, Inovação e Conhecimento</p> <p><i>Regulamento Específico</i> Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico</p> <p><i>Tipologia</i> Infra-Estruturas Físicas - AAE</p>	
<p><b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b></p> <p><i>Linha Estratégica de Intervenção</i> I - Reforço e Qualificação dos Factores de Afirmação Competitiva da Base Económica Regional</p> <p><i>Medida</i> I.1 - Melhoria das condições e da envolvente de suporte ao desenvolvimento económico</p>	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	I. Desenvolvimento da Rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo

<b>Designação da Operação:</b>	2. Reconfiguração e Desenvolvimento da Rede de Áreas de Acolhimento Empresarial do Baixo Alentejo
<b>Projecto</b>	2.11 Requalificação e ampliação da zona industrial da UPI de Moura
<b>Memória Descritiva:</b>	Ampliação da Zona Industrial existente com a implementação dos novos lotes, dotados de infra-estruturas, arruamentos, passeios, águas, esgotos, pluviais, rede eléctrica, telefones, zonas verdes e equipamentos, visando incrementar quantitativamente e qualitativamente a capacidade de acolhimento empresarial municipal e regional.
<b>Localização:</b>	Moura
<b>Promotores:</b>	CM Moura
<b>Área de Influência:</b>	Moura - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	425.366 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	297.756 €
<b>Calendarização</b>	2009-2010
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b> Eixo I - Competitividade, Inovação e Conhecimento Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico Tipologia Infra-Estruturas Físicas - AAE	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b> I - Retorço e Qualificação dos Factores de Afirmação Competitiva da Base Linha Estratégica de Intervenção Económica Regional Medida I.1 - Melhoria das condições e da envolvente de suporte ao desenvolvimento económico	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	I. Desenvolvimento da Rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo

<b>Designação da Operação:</b>	2. Reconfiguração e Desenvolvimento da Rede de Áreas de Acolhimento Empresarial do Baixo Alentejo
<b>Projecto</b>	2.12 Nova zona industrial de Moura - UP I I
<b>Memória Descritiva:</b>	Criação de uma área de acolhimento empresarial, contemplando a execução da rede de infra-estruturas básicas, a criação de novos lotes de localização e pavimentação de arruamentos, visando incrementar quantitativamente e qualitativamente a capacidade de acolhimento empresarial municipal e regional.
<b>Localização:</b>	Moura
<b>Promotores:</b>	CM Moura
<b>Área de Influência:</b>	Moura - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	1.200.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	840.000 €
<b>Calendarização</b>	2008-2009
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b> Eixo I - Competitividade, Inovação e Conhecimento Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico Tipologia Infra-Estruturas Físicas - AAE	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b> I - Retorço e Qualificação dos factores de Afirmção Competitiva da base Linha Estratégica de Intervenção Económica Regional Medida I.1 - Melhoria das condições e da envolvente de suporte ao desenvolvimento económico	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	I. Desenvolvimento da Rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo

<b>Designação da Operação:</b>	2. Reconfiguração e Desenvolvimento da Rede de Áreas de Acolhimento Empresarial do Baixo Alentejo
<b>Projecto</b>	2.13 Parque Empresarial e Logístico
<b>Memória Descritiva:</b>	Elaboração do plano de suporte à criação da zona de actividades económicas, que permitam a instalação de empresas industriais e logísticas em condições adequadas à sua actividade, suprimindo a carência local de capacidade de acolhimento empresarial.
<b>Localização:</b>	Ourique
<b>Promotores:</b>	CM Ourique
<b>Área de Influência:</b>	Ourique - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	75.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	52.500 €
<b>Calendarização</b>	2009-2010
<p><b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b></p> <p><i>Eixo</i> I - Competitividade, Inovação e Conhecimento</p> <p><i>Regulamento Específico</i> Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico</p> <p><i>Tipologia</i> Infra-Estruturas Físicas - AAE</p>	
<p><b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b></p> <p>I - Retorção e Qualificação dos Factores de Afirmção Competitiva da Base</p> <p><i>Linha Estratégica de Intervenção</i> Económica Regional</p> <p><i>Medida</i> I.1 - Melhoria das condições e da envolvente de suporte ao desenvolvimento económico</p>	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	I. Desenvolvimento da Rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo

<b>Designação da Operação:</b>	2. Reconfiguração e Desenvolvimento da Rede de Áreas de Acolhimento Empresarial do Baixo Alentejo
<b>Projecto</b>	2.14 Infra-Estrutura de Suporte à Actividade Empresarial
<b>Memória Descritiva:</b>	Criação de uma plataforma intermodal de suporte à actividade empresarial que se interligue com os parques de Moura, Barrancos e Alvito, bem com o aeroporto Beja, visando incrementar quantitativamente e qualitativamente a capacidade de acolhimento empresarial municipal e regional.
<b>Localização:</b>	Vidigueira
<b>Promotores:</b>	CM Vidigueira
<b>Área de Influência:</b>	Vidigueira - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	1.500.000 €
<b>Taxa de Co-financiamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	1.050.000 €
<b>Calendarização</b>	2008-2013
<p><b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b></p> <p><i>Eixo</i> I - Competitividade, Inovação e Conhecimento</p> <p><i>Regulamento Específico</i> Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico</p> <p><i>Tipologia</i> Infra-Estruturas Físicas - AAE</p>	
<p><b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b></p> <p>I - Reforço e Qualificação dos factores de afirmação competitiva da base</p> <p><i>Linha Estratégica de Intervenção</i> Económica Regional</p> <p><i>Medida</i> I.1 - Melhoria das condições e da envolvente de suporte ao desenvolvimento económico</p>	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	Desenvolvimento da Rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo

<b>Designação da Operação:</b>	3. Promoção da Utilização de Energias Renováveis e da Eficiência Energética
<b>Memória Descritiva:</b>	Esta intervenção visa a promoção de iniciativas para a utilização racional de energia e de energias renováveis e a eficiência energética ambiental, em equipamentos colectivos públicos, promovendo a valorização do potencial energético local.
<b>Localização:</b>	Beja; Serpa; Vidigueira
<b>Promotores:</b>	CM Beja; CM Serpa; CM Vidigueira
<b>Área de Influência:</b>	Beja; Serpa; Vidigueira
<b>Investimento:</b>	975.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	682.500 €
<b>Calendarização</b>	2008-2013
<b>Componentes (Projectos/Acções)</b>	<p>Instalação de sistemas de aquecimento de águas das Piscinas Municipais - energia solar vs biomassa (Vidigueira) [250.000€]</p> <p>Certificação de Sistemas Integrados - Eficiência Energética nos Edifícios e Equipamentos Municipais (Serpa) [125.000€]</p> <p>Instalação de sistemas de aquecimento de águas - energia solar em equipamentos municipais (Beja) [600.000€]</p>
<p><b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b></p> <p><i>Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento</i></p> <p><i>Regulamento Específico Energia</i></p> <p><i>Tipologia Iniciativas de Utilização Racional de Energia</i></p>	
<p><b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b></p> <p><i>Linha Estratégica de Intervenção 2 - Promoção da Coesão Social e da Identidade Territorial</i></p> <p><i>Medida 2.2. Reforço e qualificação da rede de equipamentos e respostas sociais</i></p>	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	

<b>Designação da Operação:</b>	4. Promoção da Mobilidade Sustentável e da Circulação Urbana
<b>Memória Descritiva:</b>	<p>A qualificação da rede rodoviária passa pela protecção ambiental em espaço urbano, pelo combate à sinistralidade através da criação de mecanismos próprios e de instrumentos de informação fundamentais à boa gestão e utilização das infra-estruturas em causa. As variantes e circulares nos centros urbanos para acesso aos corredores de maior capacidade e de promoção da eficiência nas interligações locais, bem como as intervenções de mobilidade sustentável contribuem para melhorar as condições de circulação, comodidade e segurança do tráfego gerado.</p> <p>Estas intervenções contribuirão para o aumento da coesão do Baixo Alentejo, constituindo-se como vias distribuidoras e de articulação do tráfego deste território, contribuindo para a melhoria da fluidez do tráfego urbano melhorando a qualidade de vida urbana pelos impactes muito positivos na melhoria da mobilidade de pessoas e mercadorias.</p>
<b>Localização:</b>	Almodôvar; Cuba; Moura; Serpa
<b>Promotores:</b>	CM Almodôvar; CM Cuba; CM Moura; CM Serpa
<b>Área de Influência:</b>	Almodôvar; Cuba; Moura; Serpa
<b>Investimento:</b>	3.631.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	2.541.700 €
<b>Calendarização</b>	2008-2013
<b>Componentes (Projectos/Acções)</b>	<p>Construção de infra-estrutura de ligação do C. Coordenador de Transportes ao Centro de Saúde (Almodôvar) [256.000€]</p> <p>Variante Externa à Vila de Cuba - Fase I (Cuba) [1.000.000€]</p> <p>Circular UP 3 (Moura) [1.500.000€]</p> <p>Ciclovía "Da Cidade até ao Rio" (Serpa) [875.000€]</p>
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b> Eixo 2 - Desenvolvimento Urbano Regulamento Específico Mobilidade Territorial Tipologia Variantes a Centros Urbanos Mobilidade Sustentável	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b> Linha Estratégica de Intervenção 3 - Reforço da Articulação e da Conectividade Territorial Medida 3.1. Melhoria das condições infra-estruturais de mobilidade local e regional	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	5. Reforço e Qualificação da Conectividade e da Articulação Rodoviária do Baixo Alentejo

<b>Designação da Operação:</b>	5. Reforço e Qualificação da Conectividade e da Articulação Rodoviária do Baixo Alentejo
<b>Memória Descritiva:</b>	O desenvolvimento dos territórios encontra-se em grande medida dependente da sua capacidade de articulação interna e da conectividade inter-territorial, assumindo-se a dotação de infra-estruturas de transporte e logística territorial como elementos fulcrais para o posicionamento competitivo dos territórios. Neste sentido esta intervenção assume como uma necessidade determinante a melhoria da conexão rodoviária do Baixo Alentejo, através da melhoria das acessibilidades locais e intra-regionais (construção e requalificação de estradas e melhoria das condições de articulação e de circulação).
<b>Localização:</b>	Municípios do Baixo Alentejo
<b>Promotores:</b>	Câmaras Municipais do Baixo Alentejo;
<b>Área de Influência:</b>	Baixo Alentejo; Alentejo Central; Algarve
<b>Investimento:</b>	29.690.797 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	20.783.558 €
<b>Calendarização</b>	2008-2013
<b>Componentes (Projectos/Ações)</b>	<p>Construção da EM Beja-Baleizão-Selmes-Pedrogão (Beja+Vidigueira) [6.400.000€]</p> <p>Requalificação da EM 530 entre Messejana e Montes Velhos: II Fase – Rio de Moinhos/Messejana (EM 530) (Aljustrel) [900.000€]</p> <p>Reparação da EM 530 entre Messejana e Montes Velhos: I Fase – Rio de Moinhos/Montes Velhos (EM 530) (Aljustrel) [950.000€]</p> <p>Requalificação do CM 1170 - Semblana às Viúvas (Almodôvar) [474.265€]</p> <p>Repavimentação da 1ª Fase do CM 1198 de Almodôvar ao cruzamento do Azinhal (Almodôvar) [470.793€]</p> <p>Requalificação da EM 543, Freguesia de S. Barnabé com ligação ao concelho de Silves e Ourique 4.º lanço (Almodôvar) [400.000€]</p> <p>Requalificação da EM 546, com ligação ao Concelho de Ourique (Almodôvar) [400.000€]</p> <p>Requalificação CM 1196 da Santinha à EM 546 com ligação ao Concelho de Ourique (Almodôvar) [500.000€]</p> <p>Repavimentação da 2ª Fase do CM 1198 do Azinhal ao Mú com ligação ao Concelho de Loulé (Almodôvar) [400.000€]</p> <p>Repavimentação da EM 515 com ligação ao Concelho de Ourique e intervenção em Aldeia dos Fernandes e Corte Zorrinho (Almodôvar) [500.000€]</p> <p>Requalificação das Estradas Municipais – reperfilamentos e aplicação de camada de desgaste (VN da Baronia – Viana do Alentejo, VN da Baronia – Barragem de Odivelas, VN da Baronia – Alvito, Alvito – Alfundão, Alvito – Cuba e Alvito - Albegaria (Alvito) [950.000€]</p> <p>Requalificação das Vias Municipais- Execução da camada de desgaste em betão betuminoso e reparação dos passeios degradados (Alvito) [500.000€]</p> <p>Caminho de Noudar (Barrancos) [1.000.000€]</p>

(continua)

(continuação)

**Componentes  
(Projectos/Acções)**

M 394 - Troço entre Entradas (IP2) / S. Marcos da Atabueira (N 123- R) (Castro Verde) [800.000€]

M 394 - Troço entre S. Marcos da Atabueira (N 123- R) - Figueirinha (M508) (Castro Verde) [150.000€]

M I 138 - Troço entre a N123-R (Galeguinha) e a M 508 (Viseus) (Castro Verde) [350.000€]

Ponte na Ribeira de Maria Delgada (Castro Verde) [350.000€]

M 508 entre a N2 (Castro Verde) e a M I 139 (Sta Bárbara dos Padrões) (Castro Verde) [900.000€]

M 535 - Troço entre Castro Verde e Ourique Gare (Castro Verde) [1.000.000€]

Estrada Municipal Alfundão - Peroguarda (Ferreira do Alentejo) [1.000.000€]

Requalificação e beneficiação dos CM n.º 1030,1008, 1008-1, 1223, 1007, 1009, 522, 1004, 1004-1 (Cuba) [2.063.400€]

Conservação e Beneficiação de Caminhos em "Terra Batida" (Mértola) [800.000€]

M I 139 entre a M508 (Sta Bárbara dos Padrões) e o Limite do Concelho (Almodôvar) (Castro Verde) [350.000€]

Repavimentação de Estradas e Caminhos Municipais (Mértola) [200.000€]

Obras de beneficiação na Ponte sobre o Rio Guadiana (Mértola) (Mértola) [a definir]

Obras de beneficiação na Ponte sobre a Ribeira de Oeiras (Mértola) (Mértola) [a definir]

Requalificação das Acessibilidades (Ourique) [2.382.340€]

Beneficiação da Rede Viária Municipal (Serpa) [4.500.000€]

Plano Sectorial de Circulação e Estacionamento do Centro Histórico de Serpa (Serpa) [1.000.000€]

**Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013**

*Eixo* 3 - Conectividade e articulação territorial

*Regulamento Específico* Mobilidade Territorial

*Tipologia* Construção/ Beneficiação de Troços Rodoviários      Articulação/  
Mobilidade Municipal

**Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013**

*Linha Estratégica de Intervenção* 3 - Reforço da Articulação e da Conectividade Territorial

*Medida* 3.1. Melhoria das condições infra-estruturais de mobilidade local e regional

**Sinergias e  
Complementaridades Inter-  
Operações**

4. Promoção da Mobilidade Sustentável e da Circulação Urbana

<b>Designação da Operação:</b>	5. Reforço e Qualificação da Conectividade e da Articulação Rodoviária do Baixo Alentejo	
<b>Projecto</b>	5.1 Construção da EM Beja-Baleizão-Selmes-Pedrogão	
<b>Memória Descritiva:</b>	Construção de uma estrada que ligue Beja, Baleizão, Selmes e Pedrogão, reduzindo a distância entre Beja e Moura em mais de 15 KM, promovendo a melhoria da conexão rodoviária do Baixo Alentejo	
<b>Localização:</b>	Beja; Vidigueira	
<b>Promotores:</b>	CM Beja; CM Vidigueira	
<b>Área de Influência:</b>	Beja, Vidigueira, Moura - Baixo Alentejo	
<b>Investimento:</b>	4.000.000 €	CM Beja
	2.400.000 €	CM Vidigueira
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%	
<b>Comparticipação FEDER</b>	2.800.000 €	CM Beja
	1.680.000 €	CM Vidigueira
<b>Calendarização</b>	2008-2010	CM Beja
	2008-2010	CM Vidigueira
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b>		
<i>Eixo</i> 3 - Conectividade e articulação territorial		
<i>Regulamento Específico</i> Mobilidade Territorial		
<i>Tipologia</i> Construção/ Beneficiação de Troços Rodoviários e Articulação/ Mobilidade Municipal		
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b>		
<i>Linha Estratégica de Intervenção</i> 3 - Reforço da Articulação e da Conectividade Territorial		
<i>Medida</i> 3.1. Melhoria das condições infra-estruturais de mobilidade local e regional		
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	4. Promoção da Mobilidade Sustentável e da Circulação Urbana	

<b>Designação da Operação:</b>	5. Reforço e Qualificação da Conectividade e da Articulação Rodoviária do Baixo Alentejo
<b>Projecto</b>	5.2 Beneficiação da Rede Viária Municipal
<b>Memória Descritiva:</b>	Remodelação dos C.M 1050; C.M 1052; C.M 1099; C.M 1040, com interligação ao concelho de Moura
<b>Localização:</b>	Serpa
<b>Promotores:</b>	CM Serpa
<b>Área de Influência:</b>	Serpa; Moura
<b>Investimento:</b>	4.500.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	3.150.000 €
<b>Calendarização</b>	2009-2013
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b> Eixo 3 - Conectividade e articulação territorial Regulamento Específico Mobilidade Territorial Tipologia Construção/ Beneficiação de Troços Rodoviários e Articulação/ Mobilidade Municipal	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b> Linha Estratégica de Intervenção 3 - Reforço da Articulação e da Conectividade Territorial Medida 3.1. Melhoria das condições infra-estruturais de mobilidade local e regional	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	4. Promoção da Mobilidade Sustentável e da Circulação Urbana

<b>Designação da Operação:</b>	6. Reconfiguração e qualificação da Rede Educativa do Baixo Alentejo
<b>Memória Descritiva:</b>	<p>Os equipamentos de ensino, através do acesso da população ao ensino e da qualificação dos recursos humanos, assumem-se como um factor crítico de sucesso nos processos de desenvolvimento regional, na resposta quer aos desafios da coesão e da competitividade nos territórios.</p> <p>A intervenção de reordenamento e de requalificação da rede de equipamentos de ensino constitui um factor determinante nas estratégias de âmbito municipal e supra-municipal, promovendo a adequação da rede de infra-estruturas de ensino à procura futura expectável.</p>
<b>Localização:</b>	Aljustrel; Almodôvar; Alvito; Beja; Castro Verde; Moura; Ourique; Serpa; Vidigueira
<b>Promotores:</b>	CM Aljustrel; CM Almodôvar; CM Alvito; CM Beja; CM Castro Verde; CM Moura; CM Ourique; CM Serpa; CM Vidigueira
<b>Área de Influência:</b>	Aljustrel; Almodôvar; Alvito; Beja; Castro Verde; Moura; Ourique; Serpa; Vidigueira - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	12.096.007 €
<b>Taxa de Cofinanciamento</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	8.467.205 €
<b>Calendarização</b>	2008-2013
<b>Componentes (Projectos/Acções)</b>	<p>Qualificação dos Centros Educativos (Aljustrel) [750.000€]</p> <p>Requalificação da Escola EB I de Semblana (Almodôvar) [350.000€]</p> <p>Requalificação da Escola EB I do Rosário (Almodôvar) [375.000€]</p> <p>Requalificação da Escola EB I de Santa Clara-a-Nova (Almodôvar) [375.000€]</p> <p>Construção da EB/II (Alvito) [1.150.000€]</p> <p>Centro Escolar de Santa Maria (Beja) [1.500.000€]</p> <p>Centro Escolar de Santiago Maior (Beja) [2.000.000€]</p> <p>Centro Escolar de São João Batista (Beja) [2.100.000€]</p> <p>Centro Escolar n.º 2 de Castro Verde (Castro Verde) [1.000.000€]</p> <p>Qualificação das Escolas do Ensino Básico (Moura) [1.200.000€]</p> <p>Escola Básica EB I de ourique (Ourique) [500.000€]</p> <p>Requalificação do Parque Escolar (Serpa) [596.007€]</p> <p>Centro Escolar da Pedrogão (Vidigueira) [200.000€]</p>
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b>	
<i>Eixo 3 - Conectividade e articulação territorial</i>	
<i>Regulamento Específico</i>	Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do ensino básico e da Educação Pré-Escolar
<i>Tipologia</i>	Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do ensino básico e da Educação Pré-Escolar
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b>	
<i>Linha Estratégica de Intervenção 2 - Promoção da Coesão Social e da Identidade Territorial</i>	
<i>Medida 2.1. Reconfiguração e modernização da Rede Educativa</i>	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	8. Consolidação da Rede de Equipamentos Culturais do Baixo Alentejo 9. Consolidação e Qualificação da Rede de Equipamentos Sociais do Baixo Alentejo

<b>Designação da Operação:</b>	7. Recuperação e Valorização do Património Cultural
<b>Memória Descritiva:</b>	<p>O Baixo Alentejo apresenta valores patrimoniais/culturais que importa preservar e notabilizar, permitindo que estes se tornem elementos sociais e culturalmente funcionais e atractivos e que sejam transmissíveis às gerações futuras. Neste sentido, coexistem patrimónios que carecem de intervenções reparadoras/qualificadoras e outros valores patrimoniais aos quais falta efectiva materialização.</p> <p>Este facto levanta a necessidade de uma acção interventiva multi-facetada, preconizada nesta intervenção, que atende às necessidades de reabilitação de valores já consolidados, e à dinamização de novos activos culturais e patrimoniais. O valor turístico inerente aos elementos da cultura e do património do Baixo Alentejo traduz-se numa actuação sinérgica, entre a recuperação e valorização e o incremento das condições de atractividade turística, baseadas na diversificação e qualificação da oferta.</p>
<b>Localização:</b>	Almodôvar; Alvito; Barrancos; Castro Verde; Cuba; Ferreira do Alentejo; Moura; Serpa; Vidigueira
<b>Promotores:</b>	CM Almodôvar; CM Alvito; CM Barrancos; CM Castro Verde; CM Cuba; CM Ferreira do Alentejo; CM Moura; CM Serpa; CM Vidigueira; Diocese de Beja; Ministério da Cultura
<b>Área de Influência:</b>	Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	11.599.146 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	55%
<b>Comparticipação FEDER</b>	6.379.530 €
<b>Calendarização</b>	2008-2013
<b>Componentes (Projectos/Ações)</b>	<p>Requalificação do Convento de Nossa Senhora da Conceição (Almodôvar) [900.000€]</p> <p>Recuperação das gravuras da igreja do Rosário (Almodôvar) [25.000€]</p> <p>Recuperação das gravuras da igreja de Santa Cruz (Almodôvar) [50.000€]</p> <p>Centro interpretativo da Mesa dos Castelinhos (Almodôvar) [250.000€]</p> <p>Reabilitação património cultural e religioso em edifícios públicos (Alvito) [200.000€]</p> <p>Reconstrução da Vila Medieval de Noudar (Barrancos) [1.250.000€]</p> <p>Museu da Ruralidade (Castro Verde) [350.000€]</p> <p>Museu Fialho de Almeida (Cuba) [500.000€]</p> <p>Reabilitação Patrimonial da Represa Romana (Vila Alva) (Cuba) [250.000€]</p> <p>Restauro da Ermida de S. Bartolomeu (Vila Alva) e acessos (Cuba) [250.000€]</p> <p>Recuperação patrimonial da Igreja da Misericórdia (Ferreira do Alentejo) [500.000€]</p>

(continua)

(continuação)

<b>Componentes (Projectos/Accções)</b>	<p>Edifício de Recepção ao turista no Castelo de Moura (Moura) [350.000€]</p> <p>Galeria de Artes da Igreja do Espírito Santo (Moura) [250.000€]</p> <p>Museu de Joalheria Contemporânea (Moura) [535.000€]</p> <p>Restauro e musealização da Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Serpa) [590.000€]</p> <p>Consolidação do sistema construtivo e Reabilitação do Caminho de Ronda da Muralha de Serpa (Serpa) [361.146€]</p> <p>Requalificação do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa (Serpa) [1.288.000€]</p> <p>Casa do Cante (Serpa) [800.000€]</p> <p>Musibéria - musealização da Fábrica dos Marianos (Serpa) [2.500.000€]</p> <p>Museu dos Vinhos Históricos (Vidigueira) [400.000€]</p>
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b>	
<i>Eixo</i> 3 - Conectividade e articulação territorial	
<i>Regulamento Específico</i> Património Cultural	
<i>Tipologia</i>	<p>a) Valorização de monumentos e conjuntos arqueológicos</p> <p>b) Centros Interpretativos e serviços de apoio</p> <p>c) Beneficiação de Museus</p> <p>h) Conservação de património cultural móvel</p> <p>k) Projectos integrados patrimoniais</p>
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b>	
<i>Linha Estratégica de Intervenção</i>	<p>1 - Reforço e Qualificação dos Factores de Afirmação Competitiva da Base Económica Regional</p> <p>2 - Promoção da Coesão Social e da Identidade Territorial</p>
<i>Medida</i>	<p>1.2. Valorização de recursos e actividades turísticas</p> <p>2.3. Recuperação e promoção de valores culturais e patrimoniais</p>
<b>Sinergias e Complementaridades Inter- Operações</b>	<p>13. Promoção da Fruição dos Espaços Naturais</p> <p>14. Promoção de intervenções integradas de gestão e promoção territorial</p>

<b>Designação da Operação:</b>	7. Recuperação e Valorização do Património Cultural
<b>Projecto</b>	7.1 Centro interpretativo da Mesa dos Castelinhos
<b>Memória Descritiva:</b>	Valorização do sítio arqueológico e construção do centro interpretativo.
<b>Localização:</b>	Almodôvar
<b>Promotores:</b>	CM Almodôvar
<b>Área de Influência:</b>	Almodôvar - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	250.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	55%
<b>Comparticipação FEDER</b>	137.500 €
<b>Calendarização</b>	2010-2011
<p><b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b></p> <p><i>Eixo 3 - Conectividade e articulação territorial</i></p> <p><i>Regulamento Específico</i> Património Cultural</p> <p><i>Tipologia</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Valorização de monumentos e conjuntos arqueológicos</li> <li>b) Centros Interpretativos e serviços de apoio</li> </ul>	
<p><b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b></p> <p><i>Linha Estratégica de Intervenção 2 - Promoção da Coesão Social e da Identidade Territorial</i></p> <p><i>Medida 2.3. Recuperação e promoção de valores culturais e patrimoniais</i></p>	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	<p>13. Promoção da Fruição dos Espaços Naturais</p> <p>14. Promoção de intervenções integradas de gestão e promoção territorial</p>

<b>Designação da Operação:</b>	7. Recuperação e Valorização do Património Cultural
<b>Projecto</b>	7.2 Reabilitação património cultural e religioso em edifícios públicos
<b>Memória Descritiva:</b>	Requalificação de espaços diversos, integrados no património histórico, cultural e religioso, como igrejas, ermidas, grutas do rossio.
<b>Localização:</b>	Alvito
<b>Promotores:</b>	CM Alvito; Diocese de Beja
<b>Área de Influência:</b>	Alvito - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	200.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	55%
<b>Comparticipação FEDER</b>	110.000 €
<b>Calendarização</b>	2008-2010
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b>	
<i>Eixo 3 - Conectividade e articulação territorial</i>	
<i>Regulamento Específico Património Cultural</i>	
<i>Tipologia a) Valorização de monumentos e conjuntos arqueológicos</i>	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b>	
<i>Linha Estratégica de Intervenção 2 - Promoção da Coesão Social e da Identidade Territorial</i>	
<i>Medida 2.3. Recuperação e promoção de valores culturais e patrimoniais</i>	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	13. Promoção da Fruição dos Espaços Naturais 14. Promoção de intervenções integradas de gestão e promoção territorial

<b>Designação da Operação:</b>	7. Recuperação e Valorização do Património Cultural
<b>Projecto</b>	7.3 Reconstrução da Vila Medieval de Noudar
<b>Memória Descritiva:</b>	<p>O projecto de Reabilitação da Antiga Vila de Noudar, pretende ser o factor diferenciador e promotor do turismo de qualidade para Barrancos e a Região. Não se prevê unicamente a recuperação total do Castelo, mas sim adaptá-lo de forma equilibrada e respeitadora do meio ambiente ao turismo de paisagem e cultural. Para além dessa recuperação que se transformará em pólo de atracção turística, terá uma ligação a Reguengos de Monsaraz e a Castelos da vizinha Espanha (tentando encontrar uma união em pontos comuns, fortalecedora de turismo em rede). Por outro lado, a realização de eventos regionais, nacionais e até mesmo internacionais, ligados à arqueologia, ao património e a natureza (utilizando as potencialidades do Parque de Natureza Noudar), darão por si só, relevância suficiente ao agora Monumento Nacional em estado de degradação.</p>
<b>Localização:</b>	Barrancos
<b>Promotores:</b>	CM Barrancos
<b>Área de Influência:</b>	Barrancos - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	1.250.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	55%
<b>Comparticipação FEDER</b>	687.500 €
<b>Calendarização</b>	2009-2011
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b> Eixo 3 - Conectividade e articulação territorial Regulamento Específico Património Cultural Tipologia a) Valorização de monumentos e conjuntos arqueológicos	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b> Linha Estratégica de Intervenção 2 - Promoção da Coesão Social e da Identidade Territorial Medida 2.3. Recuperação e promoção de valores culturais e patrimoniais	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	13. Promoção da Fruição dos Espaços Naturais 14. Promoção de intervenções integradas de gestão e promoção territorial

<b>Designação da Operação:</b>	7. Recuperação e Valorização do Património Cultural
<b>Projecto</b>	7.4 Reabilitação Patrimonial da Represa Romana (Vila Alva)
<b>Memória Descritiva:</b>	Reabilitação e valorização do património arqueológico e histórico
<b>Localização:</b>	Cuba
<b>Promotores:</b>	CM Cuba
<b>Área de Influência:</b>	Cuba - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	250.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	55%
<b>Comparticipação FEDER</b>	137.500 €
<b>Calendarização</b>	2011-2012
<p><b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b></p> <p>Eixo 3 - Conectividade e articulação territorial</p> <p>Regulamento Específico Património Cultural</p> <p>Tipologia a) Valorização de monumentos e conjuntos arqueológicos</p>	
<p><b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b></p> <p>Linha Estratégica de Intervenção 2 - Promoção da Coesão Social e da Identidade Territorial</p> <p>Medida 2.3. Recuperação e promoção de valores culturais e patrimoniais</p>	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	<p>13. Promoção da Fruição dos Espaços Naturais</p> <p>14. Promoção de intervenções integradas de gestão e promoção territorial</p>

<b>Designação da Operação:</b>	7. Recuperação e Valorização do Património Cultural
<b>Projecto</b>	7.5 Restauro da Ermida de S. Bartolomeu (Vila Alva) e acessos
<b>Memória Descritiva:</b>	Reabilitação e valorização do património arqueológico e histórico
<b>Localização:</b>	Cuba
<b>Promotores:</b>	CM Cuba
<b>Área de Influência:</b>	Cuba - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	250.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	55%
<b>Comparticipação FEDER</b>	137.500 €
<b>Calendarização</b>	2012-2013
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b> Eixo 3 - Conectividade e articulação territorial Regulamento Específico Património Cultural Tipologia a) Valorização de monumentos e conjuntos arqueológicos	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b> Linha Estratégica de Intervenção 2 - Promoção da Coesão Social e da Identidade Territorial Medida 2.3. Recuperação e promoção de valores culturais e patrimoniais	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	13. Promoção da Fruição dos Espaços Naturais 14. Promoção de intervenções integradas de gestão e promoção territorial

<b>Designação da Operação:</b>	7. Recuperação e Valorização do Património Cultural
<b>Projecto</b>	7.6 Consolidação do sistema construtivo e Reabilitação do Caminho de Ronda da Muralha de Serpa
<b>Memória Descritiva:</b>	Recuperação do sistema construtivo da Muralha de Serpa e valorização do seu Caminho de Ronda, tornando-o percorriável em mais troços.
<b>Localização:</b>	Serpa
<b>Promotores:</b>	CM Serpa; Ministério da Cultura
<b>Área de Influência:</b>	Serpa - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	361.146 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	55%
<b>Comparticipação FEDER</b>	198.630 €
<b>Calendarização</b>	2011-2013
<p><b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b></p> <p><i>Eixo 3 - Conectividade e articulação territorial</i></p> <p><i>Regulamento Específico Património Cultural</i></p> <p><i>Tipologia a) Valorização de monumentos e conjuntos arqueológicos</i></p>	
<p><b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b></p> <p><i>Linha Estratégica de Intervenção 2 - Promoção da Coesão Social e da Identidade Territorial</i></p> <p><i>Medida 2.3. Recuperação e promoção de valores culturais e patrimoniais</i></p>	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	<p>13. Promoção da Fruição dos Espaços Naturais</p> <p>14. Promoção de intervenções integradas de gestão e promoção territorial</p>

<b>Designação da Operação:</b>	8. Consolidação da Rede de Equipamentos Culturais do Baixo Alentejo								
<b>Memória Descritiva:</b>	<p>A valorização e a promoção da coesão territorial passam pela capacidade da oferta cultural, em termos quantitativos e qualitativos, promovendo uma maior fruição dos habitantes e dos visitantes com o território onde estão inseridos.</p> <p>Neste sentido, não obstante as melhorias significativas na dotação de infra-estruturas e de equipamentos culturais na região, a intervenção neste domínio continua assumir particular relevância, nomeadamente no desenvolvimento da consolidação e da qualificação da rede cultural, potenciando a sua utilização pelas populações.</p>								
<b>Localização:</b>	Aljustrel; Almodôvar; Alvito; Beja; Castro Verde; Mértola; Serpa								
<b>Promotores:</b>	CM Aljustrel; CM Almodôvar; CM Alvito; CM Beja; CM Castro Verde; CM Mértola; CM Serpa								
<b>Área de Influência:</b>	Aljustrel; Almodôvar; Alvito; Beja; Castro Verde; Mértola; Serpa - Baixo Alentejo								
<b>Investimento:</b>	<table> <tr> <td>7.450.000 €</td> <td>1) Bibliotecas</td> </tr> <tr> <td>100.000 €</td> <td>2) Arquivos Públicos</td> </tr> <tr> <td>2.808.614 €</td> <td>3) Cineteatros</td> </tr> <tr> <td><u>10.358.614 €</u></td> <td></td> </tr> </table>	7.450.000 €	1) Bibliotecas	100.000 €	2) Arquivos Públicos	2.808.614 €	3) Cineteatros	<u>10.358.614 €</u>	
7.450.000 €	1) Bibliotecas								
100.000 €	2) Arquivos Públicos								
2.808.614 €	3) Cineteatros								
<u>10.358.614 €</u>									
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	<table> <tr> <td>50%</td> <td>1) Bibliotecas</td> </tr> <tr> <td>50%</td> <td>2) Arquivos Públicos</td> </tr> <tr> <td>40%</td> <td>3) Cineteatros</td> </tr> </table>	50%	1) Bibliotecas	50%	2) Arquivos Públicos	40%	3) Cineteatros		
50%	1) Bibliotecas								
50%	2) Arquivos Públicos								
40%	3) Cineteatros								
<b>Complicação FEDER</b>	<table> <tr> <td>3.725.000 €</td> <td>1) Bibliotecas</td> </tr> <tr> <td>50.000 €</td> <td>2) Arquivos Públicos</td> </tr> <tr> <td>1.123.446 €</td> <td>3) Cineteatros</td> </tr> <tr> <td><u>4.898.446 €</u></td> <td></td> </tr> </table>	3.725.000 €	1) Bibliotecas	50.000 €	2) Arquivos Públicos	1.123.446 €	3) Cineteatros	<u>4.898.446 €</u>	
3.725.000 €	1) Bibliotecas								
50.000 €	2) Arquivos Públicos								
1.123.446 €	3) Cineteatros								
<u>4.898.446 €</u>									
<b>Calendarização</b>	2008-2013								
<b>Componentes (Projectos/Ações)</b>	<p><u>Bibliotecas</u></p> <p>Requalificação Biblioteca Municipal Vila Nova Baronia (Alvito) [50.000€]</p> <p>Centro de Artes Jorge Vieira (Biblioteca), nível 3 (Beja) [6.000.000€]</p> <p>Biblioteca Municipal – Ampliação (Mértola) [400.000€]</p> <p>Centro Multifacetado Novas Tecnologias (Vidigueira) [1.000.000€]</p> <p><u>Arquivos Públicos</u></p> <p>Arquivo Municipal (Castro Verde) [100.000€]</p> <p>Constituição do Centro de Documentação da Casa do Mineiro (Mértola) [A definir]</p> <p><u>Cineteatros</u></p> <p>Cine Teatro Vitória (Aljustrel) [2.000.000€]</p> <p>Recuperação e remodelação do Cine-Teatro Municipal (Almodôvar) [250.000€]</p> <p>Remodelação do Cineteatro de Pias (Serpa) [558.614€]</p>								
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b>									
<i>Eixo 3 - Conectividade e articulação territorial</i>									
<i>Regulamento Específico</i> Rede de equipamentos culturais									
<i>Tipologia</i>									
1) Bibliotecas									
2) Arquivos Públicos									
3) Cineteatros									
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b>									
<i>Linha Estratégica de Intervenção 2 - Promoção da Coesão Social e da Identidade Territorial</i>									
<i>Medida 2.2. Reforço e qualificação da rede de equipamentos e respostas sociais</i>									
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	6. Reconfiguração e qualificação da Rede Educativa do Baixo Alentejo								

<b>Designação da Operação:</b>	8. Consolidação da Rede de Equipamentos Culturais do Baixo Alentejo
<b>Projecto</b>	8.1 Centro de Artes Jorge Vieira (Biblioteca), nível 3 (Beja) [6.000.000€]
<b>Memória Descritiva:</b>	Criação de uma Biblioteca de Nível 3, inexistente a nível regional, associando as valências de Centro de Artes Modernas.
<b>Localização:</b>	Beja
<b>Promotores:</b>	CM Beja
<b>Área de Influência:</b>	Beja - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	6.000.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	50%
<b>Comparticipação FEDER</b>	3.000.000 €
<b>Calendarização</b>	2008-2010
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b> Eixo 3 - Conectividade e articulação territorial Regulamento Específico Rede de equipamentos culturais Tipologia 1) Bibliotecas	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b> Linha Estratégica de Intervenção 2 - Promoção da Coesão Social e da Identidade Territorial Medida 2.2. Reforço e qualificação da rede de equipamentos e respostas sociais	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	6. Reconfiguração e qualificação da Rede Educativa do Baixo Alentejo

<b>Designação da Operação:</b>	9. Consolidação e Qualificação da Rede de Equipamentos Sociais do Baixo Alentejo
<b>Memória Descritiva:</b>	<p>A consolidação de um modelo de desenvolvimento social coeso e competitivo deverá ter presente a necessidade da promoção e consolidação de uma rede de equipamentos sociais que suporte a prestação de serviços sociais básicos. A estruturação de uma rede regional de equipamentos é parte integrante e determinante de uma estratégia mais abrangente de qualificação dos territórios, cujo objectivo se centra na melhoria da oferta de serviços às populações nos domínios sociais, visando uma constante promoção da coesão social e generalização do acesso, em situação de equidade, à rede de infra-estruturas sociais, a todos os habitantes ou visitantes deste território.</p> <p>Assim sendo, com esta intervenção pretende-se consolidar o processo de cobertura de equipamentos sociais, promovendo, de uma forma integrada e global no Baixo Alentejo, uma rede de infra-estruturas, equipamentos e serviços colectivos de proximidade.</p>
<b>Localização:</b>	Almodôvar; Alvito; Ferreira do Alentejo; Mértola; Moura; Ourique; Serpa; Vidigueira
<b>Promotores:</b>	CM Almodôvar; CM Alvito; CM Ferreira do Alentejo; CM Mértola; CM Moura; CM Ourique; CM Serpa; CM Vidigueira
<b>Área de Influência:</b>	Almodôvar; Alvito; Ferreira do Alentejo; Mértola; Moura; Ourique; Serpa; Vidigueira - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	2.465.265 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	1.725.685 €
<b>Calendarização</b>	2008-2013
<b>Componentes (Projectos/Acções)</b>	<p><u>Equipamentos Desportivos</u>  Reabilitação do Pavilhão Gimno-Desportivo (Almodôvar) [200.000€]  Construção de Clube Saúde – Equipamento Multifunções Desportivo (Alvito) [500.000€]  Qualificação do Pavilhão Gimnodesportivo (Moura) [153.657€]  Polidesportivo de Selmes (Vidigueira) [125.000€]</p> <p><u>Equipamentos Sociais</u>  Centro de Intercâmbio Juvenil da Albufeira de Odivelas (Ferreira do Alentejo) [500.000€]  Espaço Formação (Serviço Social, Educação e Formação) (Ferreira do Alentejo) [100.000€]  Espaços "Jovem" – remodelação (Mértola) [A Definir]  Construção do Jardim de Infância de Santa Justa (Moura) [300.000€]  Polo da Biblioteca no Sobral D'Adiça (Moura) [114.742€]  Jardim de Infância (Ourique) [239.316€]  ATL Serpa (Serpa) [232.550€]</p>
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b> Eixo 3 - Conectividade e articulação territorial Regulamento Específico Equipamentos para coesão local Tipologia a) Equipamentos Desportivos b) Equipamentos Sociais	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b> Linha Estratégica de Intervenção 2 - Promoção da Coesão Social e da Identidade Territorial Medida 2.2. Reforço e qualificação da rede de equipamentos e respostas sociais	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	6. Reconfiguração e qualificação da Rede Educativa do Baixo Alentejo

<b>Designação da Operação:</b>	10. Consolidação e Qualificação dos Sistemas Territoriais de Distribuição e Abastecimento de Água e de Drenagem do Baixo Alentejo
<b>Memória Descritiva:</b>	<p>Não obstante o considerável esforço financeiro desenvolvido para resolver alguns atrasos mais visíveis e prioritários e que permitiram aumentar consideravelmente os níveis de atendimento da população, em relação a diversas infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento básico, continua a assumir-se como uma prioridade a qualificação das infra-estruturas ambientais e respectiva gestão.</p> <p>Neste sentido a intervenção preconiza o fecho e complemento da malha de abastecimento de água e saneamento básico, nomeadamente face aos problemas e lacunas que ainda subsistem ao nível de algumas infra-estruturas básicas e do grau de cobertura dos territórios, bem como, complementarmente, a necessidade de remodelação de redes mais antigas em centros urbanos que se encontram desadequadas e obsoletas, em grande medida derivada da tendência para a concentração populacional aí registada.</p>
<b>Localização:</b>	Aljustrel; Almodôvar; Alvito; Beja; Castro Verde; Ferreira do Alentejo; Mértola; Moura
<b>Promotores:</b>	CM Aljustrel; CM Almodôvar; CM Alvito; CM Beja; CM Castro Verde; CM Ferreira do Alentejo; CM Mértola; CM Moura
<b>Área de Influência:</b>	Aljustrel; Almodôvar; Alvito; Beja; Castro Verde; Ferreira do Alentejo; Mértola; Moura
<b>Investimento:</b>	22.661.018 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	15.862.713 €
<b>Calendarização</b>	2008-2013
<b>Componentes (Projectos/Açções)</b>	<p>Remodelação da rede de águas da Aldeia dos Elvas e construção de um reservatório (Aljustrel) [150.000€]</p> <p>Remodelação da Rede de Drenagem de águas Pluviais de Jungueiro e infra-estruturas de distribuição da Aldeia Nova (Aljustrel) [225.000€]</p> <p>Rede de Abastecimento de água e rede de drenagem Monte da Romba (Almodôvar) [120.000€]</p> <p>Rede de Abastecimento de água e rede de drenagem do Monte da Cumeada (Almodôvar) [175.000€]</p> <p>Rede de abastecimento de água e rede de drenagem do Azinhal (Almodôvar) [200.000€]</p> <p>Renovação/substituição de Rede de Distribuição de Água e Reposição de Pavimentos (Alvito) [1.500.000€]</p> <p>Redes de Pluviais e Águas de Neves (Beja) [900.000€]</p> <p>Redes de Pluviais e Águas de Beringel (Beja) [1.000.000€]</p> <p>Redes de Pluviais e Águas de Beja (Beja) [2.000.000€]</p> <p>Remodelação dos sistemas de adução, elevação e tratamento em Casével (Castro Verde) [90.000€]</p> <p>Remodelação dos sistemas de adução, elevação e tratamento em S. Marcos da Atabueira (Castro Verde) [150.000€]</p> <p>Remodelação dos sistemas de adução, elevação e tratamento em Sta. Bárbara de Padrões (Castro Verde) [600.000€]</p> <p>Aumento de Caudal de Águas Pluviais na Figueira (Ferreira do Alentejo) [100.000€]</p> <p>Abastecimento de água e saneamento básico em Vale do Açor de Cima (Mértola) [981.900€]</p> <p>Abastecimento de água e saneamento básico em Monte Viegas (Mértola) [1.079.035€]</p> <p>Abastecimento de água e saneamento básico em Penilhos (Mértola) [1.168.852€]</p>

(continua)

(continuação)

<b>Componentes (Projectos/Acções)</b>	Abastecimento de água e saneamento básico em Vale de Açor de Baixo (Mértola) [1.186.109€]
	Abastecimento de água e saneamento básico em Espírito Santo (Mértola) [1.319.726€]
	Abastecimento de água e saneamento básico em Algodor (Mértola) [1.361.690€]
	Abastecimento de água e saneamento básico em São Bartolomeu da Via Glória (Mértola) [1.523.706€]
	Remodelação da rede de águas e saneamento do Sobral D'Adiça - Fase I (Moura) [1.000.000€]
	Remodelação da rede de águas e saneamento do Sobral D'Adiça - Fase II (Moura) [1.450.000€]
	Remodelação da rede de águas e saneamento de Moura - fase II (Moura) [1.900.000€]
	Remodelação da rede de águas e saneamento de Moura - fase III (Moura) [1.900.000€]
	Ligação da rede de esgotos a ETAR de Moura (Moura) [280.000€]
Intervenção no Barranco de Vale de Juncos em Amareleja (Moura) [300.000€]	
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b>	
<i>Eixo 4 - Qualificação ambiental e valorização do espaço rural</i>	
<i>Regulamento Específico</i> Ciclo Urbano da Água - vertente em baixa - modelo não verticalizado	
<i>Tipologia</i>	b) Redes de Abastecimento de Água c) Redes de Drenagem de Águas Residuais d) Soluções e Equipamentos de Menor Escala
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b>	
<i>Linha Estratégica de Intervenção 4 - Valorização e Qualificação Ambiental</i>	
<i>Medida</i>	4.2. Desenvolvimento dos sistemas de captação, distribuição e tratamento de água
<b>Sinergias e Complementaridades Inter- Operações</b>	

<b>Designação da Operação:</b>	11. Valorização e Qualificação Ambiental do Baixo Alentejo
<b>Memória Descritiva:</b>	O funcionamento coeso e sustentável dos territórios passa pela qualificação, revitalização e valorização de alguns espaços que as compõem, em termos de operações de recuperação, qualificação ambiental e refuncionalização de áreas, promovendo a sua fruição com o público. Ao nível da qualificação ambiental, as intervenções visam a qualificação e valorização do património natural e dos recursos hídricos, bem como a promoção de actividades associadas aos valores ambientais e à sua implementação estimulando soluções integradas e de salvaguarda ambiental e de promoção e atractividade dos territórios.
<b>Localização:</b>	Almodôvar; Beja; Cuba; Ferreira do Alentejo; Ourique; Mértola; Serpa; Vidigueira
<b>Promotores:</b>	Serpa; CM Vidigueira
<b>Área de Influência:</b>	Almodôvar; Beja; Cuba; Ferreira do Alentejo; Ourique; Mértola; Serpa; Vidigueira - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	4.512.200 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	75%
<b>Comparticipação FEDER</b>	3.384.150 €
<b>Calendarização</b>	2008-2013
<b>Componentes (Projectos/Acções)</b>	<p>Acções de protecção de origens de água e definição dos perímetros de protecção (Almodôvar) [50.000€]</p> <p>Valorização e Qualificação Ambiental da Ribeira de Cobres (Almodôvar) [350.000€]</p> <p>Praia Fluvial e Requalificação Ambiental em Vila Alva (Cuba) [500.000€]</p> <p>Parque Temático Ambiental e Patrimonial da Albufeira de Alvito (Cuba) [1.000.000€]</p> <p>Projecto de Requalificação da Zona Ribeirinha de Canhestros (Ferreira do Alentejo) [1.200.000€]</p> <p>Requalificação da zona ribeirinha de Alfundão – Ponte Romana (Ferreira do Alentejo) [70.000€]</p> <p>Implementação Agenda XXI (Ourique) [75.000€]</p> <p>Parque Fluvial do Guadiana (Serpa+Beja+Vidigueira) [410.000€]</p> <p>Intervenção para definição de perímetros de protecção de captação de água subterrânea no concelho de Mértola (Mértola) [857.200€]</p>
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b>	
<i>Eixo</i> 4 - Qualificação ambiental e valorização do espaço rural	
<i>Regulamento Específico</i> Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	
Agendas XXI	
<i>Tipologia</i>	
Requalificação Ambiental e Reabilitação do Património Natural	
Gestão de Recursos Hídricos	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b>	
<i>Linha Estratégica de Intervenção</i>	
1 - Retorço e Qualificação dos Factores de Afirmção Competitiva da Base Económica Regional	
4 - Valorização e Qualificação Ambiental	
<i>Medida</i>	
1.2. Valorização de recursos e actividades turísticas	
4.1. Qualificação do património natural e prevenção de riscos	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	

<b>Designação da Operação:</b>	12. Remodelação da Rede de Protecção Civil
<b>Memória Descritiva:</b>	A intervenção visa melhorar a gestão preventiva dos riscos naturais, ambientais e tecnológicos a que o território está exposto e promover a correcta utilização do território em condições de segurança e em benefício das comunidades.
<b>Localização:</b>	Mértola; Vidigueira
<b>Promotores:</b>	CM Mértola; CM Vidigueira
<b>Área de Influência:</b>	Mértola; Vidigueira
<b>Investimento:</b>	450.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	315.000 €
<b>Calendarização</b>	2008-2013
<b>Componentes (Projectos/Acções)</b>	Posto de Protecção Civil de Pedrogão (Vidigueira) [125.000€] Protecção Civil e Luta contra Incêndios (Mértola) [325.000€]
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b> Eixo 4 - Qualificação ambiental e valorização do espaço rural Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais Tipologia Rede de Centros Municipais de Protecção Civil	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b> Linha Estratégica de Intervenção 4 - Valorização e Qualificação Ambiental Medida 4.1. Qualificação do património natural e prevenção de riscos	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	

<b>Designação da Operação:</b>	13. Promoção da Fruição dos Espaços Naturais
<b>Memória Descritiva:</b>	A intervenção visa consolidar o reconhecimento do valor do património natural através do apoio e promoção da visita de espaços naturais, numa lógica de garantia do equilíbrio sócio-económico, fomento da fruição de zonas protegidas, desenvolvimento dos territórios rurais e dos recursos endógenos e incremento da capacidade atractiva e da visibilidade turística do território.
<b>Localização:</b>	Almodôvar; Cuba
<b>Promotores:</b>	CM Almodôvar; CM Cuba
<b>Área de Influência:</b>	Almodôvar; Cuba - Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	1.100.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	75%
<b>Comparticipação FEDER</b>	825.000 €
<b>Calendarização</b>	2009-2013
<b>Componentes (Projectos/Acções)</b>	<p>Criação de rotas temáticas (pão, medronho, cogumelo e mel) na serra do caldeirão, incluindo da EM 543 - troço 4 (Almodôvar) [400.000€]</p> <p>Criação de rotas temáticas (pão, medronho, cogumelo e mel) na serra do caldeirão, incluindo da EM 543 - troço 5 (Almodôvar) [400.000€]</p> <p>Sinalização Turística (Cuba) [200.000€]</p> <p>Circuito Turístico de Vila Ruiva, Albergaria dos Fusos, Vila Alva (Cuba) [100.000€]</p>
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b>	
<i>Eixo</i> 4 - Qualificação ambiental e valorização do espaço rural	
<i>Regulamento Específico</i> Gestão Activa dos Espaços Protegidos e Classificados	
<i>Tipologia</i> d) Acções de Apoio à Visitação	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b>	
<i>Linha Estratégica de Intervenção</i>	1 - Melhorar e Qualificar os Factores de Afirmção Competitiva da Base Económica Regional
	1.2. Valorização de recursos e actividades turísticas
<i>Medida</i>	1.3. Animação e dinamização integrada de actividades e vocações económicas de base endógena
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	<p>7. Recuperação e Valorização do Património Cultural</p> <p>14. Promoção de intervenções integradas de gestão e promoção territorial</p>

<b>Designação da Operação:</b>	14. Promoção de intervenções integradas de gestão e promoção territorial
<b>Memória Descritiva:</b>	A intervenção visa apoiar iniciativas de promoção e capacitação das principais instituições regionais e locais, contribuindo para o estudo e investigação do território, o desenvolvimento de abordagens de prospectiva e análise estratégica, inventariação e construção de informação, animação socioeconómica, promoção do Baixo Alentejo, a valorização dos produtos endógenos regionais e a cooperação entre as instituições com presença efectiva no espaço regional, contribuindo para a construção de processos de desenvolvimento sustentados e integrados.
<b>Localização:</b>	Baixo Alentejo
<b>Promotores:</b>	Municípios do Baixo Alentejo e Outras Insituições Públicas e Privadas
<b>Área de Influência:</b>	Baixo Alentejo - Alentejo
<b>Investimento:</b>	3.100.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	70%
<b>Comparticipação FEDER</b>	2.170.000 €
<b>Calendarização</b>	2008-2013
<b>Componentes (Projectos/Acções)</b>	<p>Plano Estratégico Municipal (Castro Verde) [30.000€]  Plano Estratégico Municipal (Cuba) [50.000€]  Implementação de Redes de Cooperação e Sistemas de Governância Territorial no Baixo Alentejo (Municípios do Baixo Alentejo e outros Agentes Territoriais relevantes) [1.300.000€]  Feira Temática de S. Martinho (Cuba) [500.000€]  Feira do Melão em Figueira (Ferreira do Alentejo) [100.000€]  Festa do Rio Sado (Ferreira do Alentejo) [100.000€]  Festival Islâmico (Mértola) [450.000€]  Feira do Mel, do Queijo e do Pão (Mértola) [180.000€]  Festival do Peixe do Rio (Mértola) [198.000€]  Feira Agro-Pecuária Transfronteiriça de Vale do Poço (Mértola+Serpa) [192.000€]</p>
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b>	
<i>Eixo</i> 5 - Governação e capacitação institucional	
<i>Regulamento Específico</i> Promoção e Capacitação Institucional	
<i>Tipologia</i> Promoção e Capacitação Institucional	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b>	
1 - reforço e qualificação dos factores de afirmação competitiva da base Económica Regional	
<i>Linha Estratégica de Intervenção</i>	
6 - Consolidação e Dinamização de Novas Formas de Governância Territorial	
1.3. Animação e dinamização integrada de actividades e vocações económicas de base endógena	
<i>Medida</i>	
6.1. Cooperação institucional e dinamização de intervenções integradas de gestão e promoção territorial	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	7. Recuperação e Valorização do Património Cultural 13. Promoção da Fruição dos Espaços Naturais

<b>Designação da Operação:</b>	15. Desenvolvimento de Iniciativas de Modernização Administrativa Local no Baixo Alentejo
<b>Memória Descritiva:</b>	A intervenção visa criar condições para uma administração pública local mais eficiente e eficaz, através da adopção de modelos sistemáticos de modernização tecnológica e processual, e da melhoria do relacionamento entre a administração pública local com as empresas e os cidadãos.
<b>Localização:</b>	Baixo Alentejo
<b>Promotores:</b>	Municípios do Baixo Alentejo e Outras Insituições Públicas e Privadas
<b>Área de Influência:</b>	Baixo Alentejo - Alentejo
<b>Investimento:</b>	2.038.663 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	60%
<b>Comparticipação FEDER</b>	1.223.198 €
<b>Calendarização</b>	2008-2013
<b>Componentes (Projectos/Acções)</b>	<p>Modernização Administrativa - Proximidade ao Cidadão (Ourique) [233.765€]</p> <p>Modernização administrativa - Qualificação Organizacional e Tecnológica (Serpa) [504.898€]</p> <p>Racionalização dos Modelos de Organização e Gestão Autárquicos (Municípios do Baixo Alentejo) [1.300.000€]</p>
<p><b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b></p> <p><i>Eixo</i> 5 - Governação e capacitação institucional</p> <p><i>Regulamento Específico</i> Sistema de Apoio à Modernização Administrativa</p> <p><i>Tipologia</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Operações de qualificação e simplificação do atendimento</li> <li>b) Operações de racionalização dos Modelos de Organização e Gestão</li> </ul>	
<p><b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b></p> <p><i>Linha Estratégica de Intervenção</i> 6 - Consolidação e Dinamização de Novas Formas de Governância Territorial</p> <p><i>Medida</i> 6.2. Desenvolvimento de competências e iniciativas de modernização da Administração Local</p>	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	

<b>Designação da Operação:</b>	15. Desenvolvimento de Iniciativas de Modernização Administrativa Local no Baixo Alentejo
<b>Projecto</b>	15.1 Modernização Administrativa - Proximidade ao Cidadão
<b>Memória Descritiva:</b>	Reestruturar, modernizar e dinamizar serviços e equipamentos para uma maior e melhor interactividade da administração com o cidadão.
<b>Localização:</b>	Ourique
<b>Promotores:</b>	CM Ourique
<b>Área de Influência:</b>	Ourique
<b>Investimento:</b>	233.765 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	60%
<b>Comparticipação FEDER</b>	140.259 €
<b>Calendarização</b>	2011-2013
<b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b> Eixo 5 - Governação e capacitação institucional Regulamento Específico Sistema de Apoio à Modernização Administrativa Tipologia a) Operações de qualificação e simplificação do atendimento	
<b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b> Linha Estratégica de Intervenção 6 - Consolidação e Dinamização de Novas Formas de Governância Territorial Medida 6.2. Desenvolvimento de competências e iniciativas de modernização da Administração Local	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	

<b>Designação da Operação:</b>	15. Desenvolvimento de Iniciativas de Modernização Administrativa Local no Baixo Alentejo
<b>Projecto</b>	15.2 Modernização administrativa - Qualificação Organizacional e Tecnológica
<b>Memória Descritiva:</b>	Aquisição e adaptação de hardware e software; certificação de serviços; reestruturação de serviços municipais e autenticação electrónica no âmbito do processo de modernização administrativa.
<b>Localização:</b>	Serpa
<b>Promotores:</b>	CM Serpa
<b>Área de Influência:</b>	Serpa
<b>Investimento:</b>	504.898 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	60%
<b>Comparticipação FEDER</b>	302.939 €
<b>Calendarização</b>	2008-2010
<p><b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b></p> <p><i>Eixo</i> 5 - Governação e capacitação institucional</p> <p><i>Regulamento Específico</i> Sistema de Apoio à Modernização Administrativa</p> <p><i>Tipologia</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Operações de qualificação e simplificação do atendimento</li> <li>b) Operações de racionalização dos Modelos de Organização e Gestão</li> </ul>	
<p><b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b></p> <p><i>Linha Estratégica de Intervenção</i> 6 - Consolidação e Dinamização de Novas Formas de Governância Territorial</p> <p><i>Medida</i> 6.2. Desenvolvimento de competências e iniciativas de modernização da Administração Local</p>	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	

<b>Designação da Operação:</b>	15. Desenvolvimento de Iniciativas de Modernização Administrativa Local no Baixo Alentejo
<b>Projecto</b>	15.3 Racionalização dos Modelos de Organização e Gestão Autárquicos
<b>Memória Descritiva:</b>	Implementação de intervenções integradas de racionalização organizacional e de gestão, quer ao nível da simplificação organizacional, quer da reengenhara e da desmaterialização de processos, quer da promoção de redes regionais de partilha de informação.
<b>Localização:</b>	Baixo Alentejo
<b>Promotores:</b>	Municípios do Baixo Alentejo
<b>Área de Influência:</b>	Baixo Alentejo
<b>Investimento:</b>	1.300.000 €
<b>Taxa de Cofinanciamento Máxima</b>	60%
<b>Comparticipação FEDER</b>	780.000 €
<b>Calendarização</b>	2011-2013
<p><b>Enquadramento - Programa Operacional do Alentejo 2007/2013</b></p> <p><i>Eixo</i> 5 - Governação e capacitação institucional</p> <p><i>Regulamento Específico</i> Sistema de Apoio à Modernização Administrativa</p> <p><i>Tipologia</i> b) Operações de racionalização dos Modelos de Organização e Gestão</p>	
<p><b>Enquadramento - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013</b></p> <p><i>Linha Estratégica de Intervenção</i> 6 - Consolidação e Dinamização de Novas Formas de Governância Territorial</p> <p><i>Medida</i> 6.2. Desenvolvimento de competências e iniciativas de modernização da Administração Local</p>	
<b>Sinergias e Complementaridades Inter-Operações</b>	

(página intencionalmente em branco)